



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO  
DO CAMPO - PARFOR - UFC  
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**FORTALEZA 2023**



**PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA**  
LUIS INACIO LULA DA SILVA

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**  
CAMILO SANTANA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ REITOR**  
Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**  
Prof. Pró-Reitor: Diana Cristina Silva de Azevedo

**DIRETORA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
Prof<sup>a</sup>. Heulalia Charalo Rafante

**VICE-DIRETOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
Prof<sup>a</sup> Alexandre Santiago da Costa

**DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS**  
Chefia: Prof<sup>a</sup> Robéria Vieira Barreto Gomes

**DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO**  
Chefia: Prof<sup>a</sup> Patrícia Helena Carvalho Holanda

**DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DO ENSINO**  
Chefia: Prof<sup>a</sup> Camilla Rocha da Silva

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**

Prof<sup>a</sup> Clarice Zientarski  
Prof Adriana Eufrásio Braga  
Prof Alexandre Santiago da Costa  
Prof<sup>a</sup> Celecina de Maria Veras Sales  
Prof<sup>a</sup> Eliane Dayse Pontes Furtado



Prof João Batista de Albuquerque Figueiredo  
Prof José Arimateia Barros Bezerra  
Profª Kelly Maria Gomes Menezes  
Profª Maria Lucia de Souza Moreira  
Perla Almeida Rodrigues Freire  
Francisco Carlos Alves de Lima

## SUMÁRIO

<b>1. APRESENTAÇÃO</b> .....	5
<b>2. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ</b> .....	7
<b>3. HISTÓRICO DO CURSO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO ...</b>	9
<b>CURSO</b> .....	9
<b>4. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO E METAS</b> .....	11
4.1 Fundamentação legal .....	20
<b>5. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b> .....	22
<b>6. PRINCÍPIOS NORTEADORES</b> .....	25
6.1 Fundamentação teórica norteadora .....	29
<b>7. OBJETIVOS DO CURSO</b> .....	36
7.1 Objetivo geral .....	36
7.2 Objetivos Específicos .....	37
<b>8. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO</b> .....	38
<b>9. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL</b> .....	40
9.1 Habilidades e competências para as áreas em que atuarão os	40
egressos .....	40
<b>10. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR</b> .....	43
10.1 Fundamentos e objetivos do currículo .....	43
10.2 Matriz curricular .....	47
10.3 Estrutura curricular (matriz curricular do curso) .....	48
10.3.1 Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - .....	49
PARFOR - UFC: Ciências Humanas e Sociais .....	49
10.4 Quadro Modular - Ementas .....	55
10.4.1 Núcleo de estudos básicos ou estruturantes .....	55
10.4.2 Núcleo de estudos específicos: ciências humanas e sociais .....	78
10.4.3 Núcleo de Atividades: Educação do campo do Ceará Unidade ...	89



Curricular Especial da Extensão .....	89
<b>11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO .....</b>	<b>97</b>
11.1 Estágio Curricular Obrigatório .....	98
<b>12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....</b>	<b>101</b>
<b>13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES .....</b>	<b>102</b>
<b>14. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO .....</b>	<b>103</b>
<b>15. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO .....</b>	<b>104</b>
<b>16. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....</b>	<b>106</b>
<b>17. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....</b>	<b>109</b>
17.1 Concepção de Avaliação .....	109
17.2 Critérios de avaliação .....	110
17.3 Sistemática de Acompanhamento .....	110
<b>18. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO .....</b>	<b>114</b>
<b>19. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO .....</b>	<b>114</b>
<b>20. INFRAESTRUTURA DO CURSO .....</b>	<b>116</b>
20.1 Pessoal docente e administrativo .....	117
20.2 Instituições e Organizações Parceiras e Colaboradoras .....	117
20.3 Condições necessárias para a oferta do curso .....	118
REFERÊNCIAS .....	118



## 1. APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, momento em que a Universidade Federal do Ceará, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), propõe a criação do curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC pelo Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE por meio do EDITAL Nº 23/2023.

O PARFOR EQUIDADE é uma ação especial realizada no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) gerido pela CAPES. O presente edital foi idealizado junto à SECADI/MEC, e destina-se ao cumprimento da estratégia 15.5 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em consonância com: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio – Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015; Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo – Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola – Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001; Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial - Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e suas modificações, acrescida da inserção do Artigo 60-A, que constitui a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino.

O curso tem como público alvo os educadores do campo, abrangendo professores, gestores e técnicos da Educação Básica que atuam nas escolas do



campo e que não possuem curso superior em nível de Licenciatura, ou que buscam uma segunda graduação na área de Educação do Campo, bem como jovens e adultos camponeses egressos dos Centros de Formação por Alternância, CEFFAs, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, etc. que tenham concluído o Ensino Médio e que desejam ingressar na carreira docente nas escolas do campo.

As concepções de Educação, Homem e Natureza que orientam a feitura e o funcionamento do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC buscam expressar o acúmulo das lutas sociais e do debate pela construção de uma política pública de educação que corresponda às necessidades e aos anseios específicos das populações que vivem no campo, ou seja, daqueles que produzem e reproduzem sua existência no campo, sem que isso signifique qualquer alheamento ou alienação em relação aos determinantes gerais da existência humana em escala planetária. Os princípios educativos moldados pela luta social e pelos estudos avançados, refletidos nas legislações e nos referenciais que, no Brasil, orientam a Educação em geral e a Educação do Campo, em particular, constituem a base sobre a qual se estrutura o currículo e se assentam as práticas pedagógicas do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC.

A Universidade Federal do Ceará no cumprimento do objetivo institucional de propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como estender sua atuação ao interior do Estado do Ceará por meio de cursos, programas e projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária, ratifica seu compromisso social, alicerçada nos objetivos do PARFOR EQUIDADE, regido pelo Edital Nº 23/2023:

- I. Oferecer a oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, Edital Conjunto 23/2023 (2232888) SEI 23038.005216/2023-34/ pg. 1 conforme área de atuação, aos professores indígenas, quilombolas e do campo, ou que atuam na educação de surdos e na educação



especial inclusiva nas redes públicas de educação básica e/ou nas redes comunitárias de formação por alternância;

- II.** Formar docentes e pedagogos para a atuação na educação escolar indígena, na educação do campo, na educação escolar quilombola, na educação especial inclusiva e na educação bilíngue de surdos, em consonância com as Diretrizes Curriculares específicas de cada grupo;
- III.** Fomentar a implementação de projetos pedagógicos para a formação de professores que contemplem as especificidades do público-alvo deste edital, com formas diferenciadas de organização dos conhecimentos, tempos e espaços; e
- IV.** Estimular a aproximação entre a educação superior e a educação básica, tendo as comunidades e as escolas como espaços privilegiados de formação e de pesquisa.

A Educação do Campo exige políticas públicas que assegurem o direito à educação que seja no e do campo, a partir da compreensão de que a classe trabalhadora do campo tem direito a ser escolarizada no local em que vive e que seja do campo, à medida que a educação possa ser pensada a partir do lugar de origem dos camponeses, que contribua com seu processo de desenvolvimento intelectual, respeitando seus valores e cultura. A partir desse posicionamento, compreende-se a necessidade da formação de educadores para atuarem nas escolas do campo sem a necessidade de mudança do seu local de moradia. É nesse contexto, portanto, que a oferta de cursos de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC se torna fundamental em nosso país e, obviamente, em nosso estado.

Nesse contexto, o Curso de Licenciatura em Educação Campo/UFC, atende à demanda da formação de docentes para atuarem nas escolas do campo do Ceará. Para tanto, por iniciativa da professora Clarice Zientarski, convocando o Fórum Cearense de Educação do Campo, Indígenas, Quilombolas, das Águas e Semiárido, O MST, a FETRAECE, a SEDUC e demais instituições que tratam sobre a Questão Agrária, para contribuírem na elaboração e definição do projeto. A partir dessas definições foi criado o projeto que ora se apresenta.

## **2. HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**



Criada pela Lei nº 2.373, de 16 de dezembro de 1954, a Universidade Federal do Ceará, sob a direção de seu fundador, Prof. Antônio Martins Filho, era constituída pela Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Sediada na cidade de Fortaleza/Ceará, a UFC passou a ser um forte instrumento do sistema do Ensino Superior do Ceará.

Atualmente a Universidade é composta por oito campi: Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabuçu, todos localizados no município de Fortaleza (sede da UFC), além do Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Crateús, Campus de Russas e Campus de Itapajé.

Ao longo de quase meio século de existência, a UFC tem contribuído de forma decisiva para o desenvolvimento do Estado do Ceará, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, em níveis de graduação e pós-graduação, empreendendo pesquisas voltadas, principalmente, aos problemas enfrentados pelo estado e pelas regiões Norte e Nordeste, desenvolvendo atividades de extensão com ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura. A instituição assume como missão gerar, ampliar, difundir e preservar ideias e conhecimentos nos diversos campos do saber, propor soluções visando ao desenvolvimento intelectual, humano e sociocultural, bem como à melhoria de qualidade de vida do ser humano em geral e situar-se como centro dinâmico de desenvolvimento local, regional e nacional, atuando mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, no aproveitamento das potencialidades humanas e da região e na formação cidadã e profissional, baseada em princípios humanísticos, críticos, reflexivos, investigativos, éticos e socialmente responsáveis.

Atualmente, a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ funciona de acordo com a seguinte estrutura:

- **Órgãos Deliberativos:** Colegiados Superiores: Conselho Diretor (CD), Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), Conselho de Administração (CONSAD), que formam o Conselho Universitário (CONSUN), assessorados por





suas respectivas Câmaras; Colegiados da Administração Acadêmica: Conselhos de Centro, Assembleias Departamentais e Colegiados de Cursos;

- **Órgãos Executivos: Centrais** (Reitoria e Vice-Reitoria, que tem seu apoio no Núcleo de Assuntos Disciplinares, pelo Apoio ao Gabinete, pela Procuradoria Jurídica e pelas Assessorias de Planejamento e Ações Estratégicas, de

Comunicação, de Qualidade de Vida, de Interiorização e de Internacionalização);

**Auxiliares** - Pró-Reitorias: Pró-reitoria de Ensino (PROEN); Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-graduação e Internacionalização (AGEUFC); Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP); Pró-Reitoria de Gestão e Transparência (PPGT); Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC); Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES); Hospital Universitário (HU); Superintendência de Infraestrutura (SINFRA), Restaurante Universitário (RU); Colégio Universitário (COLUN); **Acadêmicos** (Diretorias de Unidades Acadêmicas; Chefias de Departamento e as Coordenadorias de Curso); **Núcleos Operacionais** - Divisão de Eventos e Concursos (DEC), Superintendência de, Tecnologia da Informação (STI), Rede e Educação à Distância, Bibliotecas e de Comunicação).

### 3. HISTÓRICO DO CURSO E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A classe trabalhadora camponês é afetada pelos reordenamentos do Estado burguês e do mundo do trabalho. Ao partir desta premissa, se compreende que no campo encontra-se flexibilização do trabalho (contratado, autônomo, diarista, camponês, arrendatário, posseiro, sem-terra, seringueiro, desempregado) e o desemprego estrutural impõem a submissão do trabalhador aos interesses do capital (mercantis, latifundiários, financistas). Estas relações de trabalho impostas fazem com que se altere o tipo de trabalho executado pelo camponês que pode ser em uma temporada cortador de cana, depois servente de pedreiro, ocupante de terra, motorista, camelô, servidor público terceirizado, dentre outras ocupações. (Zientarski; Menezes; Silva, 2019). Diante deste quadro, pensar a formação de



professores que atuam no campo conduz a uma discussão sobre o trabalho, tendo em vista que o professor é um trabalhador que forma o sujeito/trabalhador do campo. Nessa premissa, os homens são seres do trabalho, como asseveram Marx e Engels (2007), sujeitos que transformam e são transformados pelo trabalho, pode-se compreender, portanto, que a questão da educação do/no campo não se restringe a uma divisão maniqueísta/territorial do urbano x rural/campo, ou a uma construção teórica de urbano, mas a constituição do próprio ser por meio do trabalho.

Nesse sentido, os movimentos sociais têm perseverado na luta pela criação de cursos de formação dos trabalhadores e trabalhadoras do campo defendendo que a Educação do Campo se insere na disputa de projetos para o campo e vincula-se à luta pela reforma agrária e aos movimentos sociais de caráter popular. Desta maneira, contribui com a perspectiva de uma proposta educativa que busca a formação do ser humano em sua essência. Nesse sentido, vai na contramão do modo de produção que serve ao capital e que explora e destrói o meio ambiente e a força de trabalho. Convém destacar, que na perspectiva da Educação do Campo, insere-se a questão agrária, compreendida como “[...] o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (Stedile, 2011, p. 15).

A UFC possui experiência no tocante ao desenvolvimento de programas e estudos com os sujeitos sociais do campo, tendo realizado diversos programas e projetos de capacitação de educadores comunitários em projetos de extensão em Educação Popular. Desenvolveu também em décadas anteriores, o programa PRÓ-DOCENTE-RURAL e a formação de educadores para a ação de alfabetização e a escolarização ao nível de ensino fundamental e médio, através do PRONERA em convênio com a Secretaria de Educação do Ceará - SEDUC, durante o período de 1998 a 2001.

No que se refere à Educação do Campo, por conta das limitações que envolvem o campo cearense e mais especificamente a formação de professores, a Escola da Terra foi implementada em 2014 no Ceará, viabilizada por meio da UFC,



sendo executada em quatro edições de curso de aperfeiçoamento e um curso na área de Educação do Campo. Por meio da ação, foram beneficiados, nas edições, mais de 2000 professores-cursistas em mais 30 municípios cearenses. A Escola da Terra, organizada sob a coordenação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC - Portaria n. 579, de 02 de julho de 2013), está inserida no Eixo I Gestão e Práticas Pedagógicas do Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO, previsto no Decreto nº 7.352/2010, preconiza melhoria do ensino, formação de professores, produção de material didático e melhoria da infraestrutura das Escolas do Campo (BRASIL, 2012).

A relação da UFC com a educação do campo se expressa, também, pela realização de diversas pesquisas na área, seja em grupos de pesquisa, bem como através de projetos de dissertação e teses de doutorado, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Ainda no âmbito dos estudos da realidade do campo a Instituição conta, na Faculdade de Educação, com os núcleos de Educação e Movimentos Sociais tanto na graduação quanto na pós-graduação, bem como o Observatório de Educação do Campo.

Compreende-se que a Reforma Agrária é um processo que além de romper as “cercas do latifúndio”, pretende romper outras cercas, entre as quais a do acesso ao conhecimento- saber elaborado. Esse desafio passa pela construção de alternativas educacionais comprometidas com o contexto do semiárido e com os movimentos sociais do campo. O Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, portanto, pretende contribuir com a democratização da educação, tanto pela disponibilidade de acesso ao ensino superior para os educadores que atuam nesse contexto, quanto pela proposição de uma perspectiva de educação identificada com um novo projeto de desenvolvimento do campo.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO E METAS**

O PARFOR EQUIDADE consiste em uma ação especial realizada no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica



(PARFOR) gerido pela CAPES. O edital Nº 23/2023 foi idealizado junto à SECADI/MEC, e destina-se ao cumprimento da estratégia 15.5 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, em consonância com: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio – Resolução CNE/CP nº 1, de 7 de janeiro de 2015; Diretrizes Operacionais para Educação Básica do Campo – Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 abril de 2002; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola – Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012; Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001; Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial - Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e suas modificações, acrescida da inserção do Artigo 60-A, que constitui a educação bilíngue de surdos como modalidade de ensino.

O estado do Ceará encontra-se entre as unidades da Federação cujas populações enfrentam grandes dificuldades quanto as suas condições de vida. Nessa realidade se inclui a precária situação dos profissionais do magistério, quer seja pela escassez numérica, quer seja pelo tipo de formação a eles ofertada, ou ainda pelas condições de trabalho a que estão submetidos.

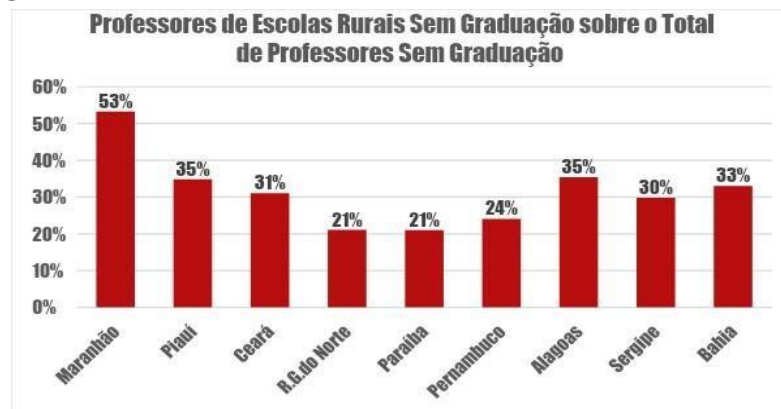
O curso transcende o tripé que caracteriza a universidade, qual seja, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (especialmente em relação à curricularização) e reorienta seu papel, ao produzir novos conhecimentos, tecnologias e técnicas e como espaço oficial da produção/formação dos profissionais da educação, bem como reafirma seu compromisso político pedagógico com a educação do campo. Defende o contato dos estudantes com a cultura letrada, com a produção científica, filosófica e o acesso a níveis mais amplos de conhecimento, em articulação com os interesses das pessoas que produzem e reproduzem as suas vidas no e a partir do campo.



No estado do Ceará, considerado exemplo na área da educação, a partir das avaliações externas, diga-se IDEB, das 100 melhores escolas do Brasil, do Censo de 2021, 87 estão no Ceará, entretanto, o estado luta para combater o analfabetismo, tendo em vista que os dados do PNAD, divulgados pelo IBGE, revelam que 12% da população de 15 anos ou mais é analfabeta, sendo os negros os que se encontram na situação mais preocupante em relação à alfabetização.

Os dados do Censo Escolar do ano de 2019 que contemplam o Ceará indicam que o Estado conta com 14% dos professores que atuam nas escolas sem graduação, embora tenha sido feito um esforço, especialmente pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), por meio de um processo de interiorização da formação, no sentido de formar professores, sendo que grande parte desses professores atuam nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. De uma maneira geral, grande parte dos professores que são formados e atuam nas escolas do campo, foram formados em instituições privadas de ensino de forma aligeirada e frágil.

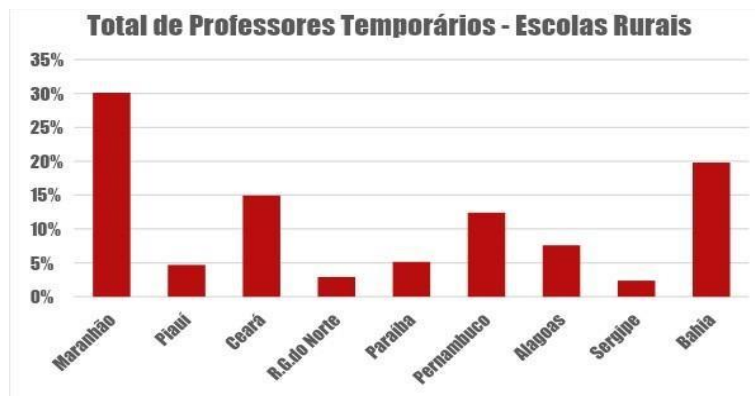
Gráfico 1



Fonte: Sousa (2022)

Além dessa situação, muitos professores são contratados temporariamente e sua alocação ou substituição tem se dado por meio de acordos políticos como se pode evidenciar no quadro abaixo:

Gráfico 2



Fonte: Sousa (2022)

Esses dados revelam a precarização em relação ao trabalho docente, indicando a necessidade de políticas públicas efetivas de formação e valorização da carreira docente.

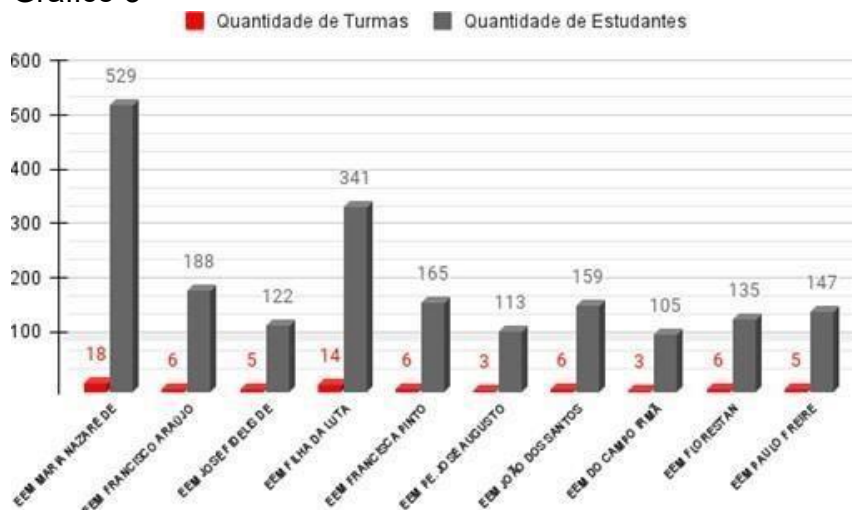
No que se relaciona aos assentamentos da reforma agrária, no estado do Ceará são mais de 200 assentamentos federais e estaduais, entretanto, ainda são mais de mil famílias acampadas em áreas rurais e urbanas, sendo que existe uma grande ocupação de terra na Chapada do Apodi em Limoeiro do Norte, onde se instalou o Acampamento Zé Maria do Tomé.

Em relação à implementação de escolas do campo, no estado do Ceará, encontra-se um grande exemplo, que são as escolas de ensino médio do campo. Essas escolas representam a materialidade da conquista do direito à educação escolar para a população do campo, especialmente para as famílias que residem em áreas de assentamentos de reforma agrária. As escolas trabalham com uma formação que considera a realidade, as especificidades da educação do campo e os princípios que norteiam uma perspectiva emancipatória.

No estado do Ceará são dez escolas em funcionamento atualmente e duas em processo de finalização das obras. Trata-se do resultado da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que tem conquistado não apenas a estrutura física, mas um processo pedagógico que expressa a concepção e os princípios da educação do campo. Essas escolas recebem estudantes do campo para cursar o ensino médio no próprio campo. O gráfico seguinte, apresenta a

quantidade de turmas e de estudantes de cada uma das dez escolas do campo do Ceará.

Gráfico 3

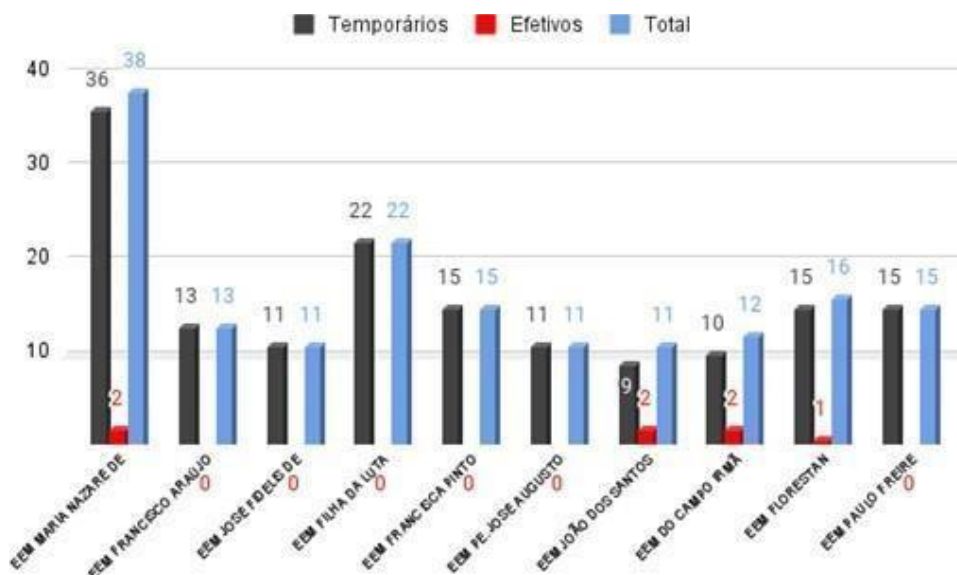


**Fonte:** Elaboração de Sousa, com base nas informações disponibilizadas pela SEDUC. (2022).

Esses dados indicam os estudantes de cada uma das dez escolas do campo do Ceará, sob a administração da SEDUC/CE do ano de 2022.

No quadro abaixo pode-se verificar o quantitativo de professores por escola do campo da rede estadual de ensino localizadas nos assentamentos da reforma agrária do Ceará.

Gráfico 04 – Quantitativo de professores por escola do campo (temporários, efetivos e total) – 2022



Fonte: Elaboração de Sousa, com base nas informações disponibilizadas pela SEDUC. (2022).

A quantidade de estudantes matriculados nas escolas é significativa e, em relação aos professores, conforme o gráfico 3, chama a atenção o grande número de professores contratados em regime temporário, visto que apenas 07 professores são concursados, dos 164 professores que atuam nas escolas do ensino médio do campo no Ceará. Esta questão por si só já revela uma realidade preocupante dado ao fato da instabilidade e precariedade nas formas de contratação, além disso, o trabalho nas escolas se torna fragmentado e a rotatividade implica em prejuízos pedagógicos para estudantes e fragilizado o processo educativo, à medida que não tem continuidade.


Outra questão é que muitos desses professores não têm formação em licenciatura e no que diz respeito à LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, não chega a 10% do total de docentes em exercício nas escolas do campo.

Nesse prisma, convém ressaltar ainda, que o estado do Ceará se destaca pelo fato de possuir 10 escolas de ensino médio do campo, conforme anunciado anteriormente, formando estudantes que poderiam frequentar o curso que ora se apresenta, como se pode observar no quadro a seguir:





Quadro 1:

 <b>CEARÁ</b> GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO															
MATRÍCULA DE 3ª SÉRIE DAS ESCOLAS DO CAMPO ESTADUAIS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA - 2010 A 2023															
CREDE	ESCOLAS	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
2	EEM Maria Nazaré de Sousa	153	202	95	93	111	106	102	88	144	130	153	181	150	161
3	EEM Francisco Araújo Barros	-	82	68	133	92	87	85	44	73	73	71	57	63	54
6	EEM José Fideles de Moura	-	-	-	-	-	-	20	24	46	43	31	40	33	29
7	EEM Filha da Luta Patativa do Assaré	-	-	-	-	-	-	62	90	86	102	76	84	71	82
8	EEM Francisca Pinto dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	47	75	80	83	60	49	45
11	EEM Padre José Augusto Régis Alves	33	27	47	38	33	37	42	40	31	33	18	34	47	26
12	EEM do Campo Irmã Tereza Cristina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	38	39	24	39
12	EEM João dos Santos de Oliveira	28	109	46	107	70	76	36	35	31	45	46	42	28	20
13	EEM Florestan Fernandes	41	38	31	26	33	45	40	33	31	47	44	54	51	33
14	EEM Paulo Freire	-	-	-	-	-	-	-	-	33	32	29	34	29	30
<b>TOTAL</b>		<b>255</b>	<b>458</b>	<b>287</b>	<b>397</b>	<b>339</b>	<b>351</b>	<b>387</b>	<b>401</b>	<b>550</b>	<b>585</b>	<b>589</b>	<b>625</b>	<b>545</b>	<b>519</b>

Fonte: Elaboração: Secretaria Executiva de Equidade, Direitos Humanos, Educação Complementar e Protagonismo Estudantil – Sexec-EDH Coordenadoria da Educação Escolar Indígena, Quilombola e do Campo – COCIQ Célula de Educação do Campo, Indígena e Educação Contextualizada – CECIC Educação do Campo e Educação Contextualizada

O quadro acima, assim como os demais dados apresentados anteriormente, revela a importância e justifica a criação de um curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, bem como o desafio da Universidade



Federal do Ceará, ofertar pela primeira vez um curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, tendo em vista que desde 2014 tem ofertado a Escola da Terra como aperfeiçoamento e em 2022, ofertou a especialização em Educação do Campo e Pedagogia Histórico-Crítica: Escola da Terra.

Diante dessa perspectiva, a Universidade Federal do Ceará, propõe a criação do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais e disponibiliza seus recursos e pessoal docente, discente e técnico-administrativo, contribuindo com a formação superior de professores que atuam no campo, em áreas de Reforma Agrária. No curso a oferta inicial é de 60 e no máximo 120 alunos que ingressam no primeiro ano, em consonância com o Edital MEC PARFOR EQUIDADE.

Justifica-se, ainda, a criação do curso, dado ao elevado índice de analfabetismo, conforme apresentado anteriormente e que embora tenha recuado, ainda continua alta no Nordeste, visto que os dados do IBGE de 2022 indicam que 59,4% (5,3 milhões) de analfabetos vivem no Nordeste, sendo a maioria composta por negros, pardos e idosos. Ainda, mais de 3,3 milhões dos cearenses com 25 anos ou mais não concluíram o ensino médio, sendo que deste total das pessoas pretas e pardas apenas 41,5% concluíram o ensino médio.

Em 2020, o Ceará concentrava 457 assentamentos, com 21.587 famílias, em uma área de 916.172 hectares e neste ano novas famílias foram assentadas. Na maioria desses assentamentos existe carência de instituições escolares, há alguns anos o PRONERA atendeu parte dessas famílias com projetos de alfabetização e escolarização, entretanto, não foi suficiente, tendo em vista o grande número de pessoas em condições de analfabetismo.

Assim, diante do quadro evidenciado, assumir um projeto de formação dos professores para atuar nestas áreas é um desafio assumido pela UFC em parceria com o MEC, o MST, a SEDUC/CE, o Fórum Cearense Educação do Campo, Indígenas, Quilombolas, das Águas e do Semiárido, com o propósito de assegurar uma formação adequada e de qualidade, para que esses realizem seu trabalho, de forma a contribuir com um processo de elevação intelectual dos trabalhadores e



trabalhadoras do campo. Essa parceria visa assegurar condições, responsabilidades e atribuições a serem assumidas por cada uma dessas instituições.

As estatísticas apresentadas dão um indicativo da necessidade urgente de formar professores para atuar nas escolas do campo, seja para garantir a formação adequada aos professores que já atuam nas escolas do campo, como no caso do ensino fundamental, seja para formar professores visando a urgente expansão da oferta, como é o caso do ensino médio. Porém, ressalta-se que a problemática da docência nas escolas do campo não se restringe a não habilitação para o exercício da função. Há que se considerar também mais três aspectos relevantes; a necessidade e a urgência de um curso de licenciatura especificamente destinado para habilitar e qualificar os educadores que hoje atuam nas escolas de educação básica do campo, sem a devida formação. O desenvolvimento de um curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, sustentado em uma estratégia participativa de gestão, contribuirá para a ampliação do diálogo entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC), as secretarias de Educação (estadual e municipais), movimentos sociais e organizações não governamentais.

A educação do campo historicamente, no Brasil, tem-se constituído como movimento que congrega, em sua articulação mais interna, a participação ativa de intelectuais, movimentos sociais, educadores populares, trabalhadores, indígenas, populações ribeirinhas e outros agentes que, de modo direto ou indireto, possuem vínculos com a questão agrária.

Nesse sentido, de acordo com levantamentos realizados pelo próprio Ministério da Educação (MEC) o espaço agrário apresenta acentuado déficit de professores para atuarem em escolas no campo. Com efeito, a matriz curricular e o modo de funcionamento regular dos cursos de licenciatura não têm conseguido atender essa demanda e esse desafio histórico do processo de democratização acesso à educação pública, gratuita e de qualidade também para as populações de trabalhadores residentes em espaços agrários.

O Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC



possui uma matriz curricular que objetiva o atendimento de questões pedagógicas específicas e essenciais à formação dos professores para atuarem em escolas do campo a partir das culturas, saberes e conhecimentos camponeses, apresenta fundamental importância educativa, filosófica, política e pedagógica pois ao trabalhar conteúdos científicos, artísticos, culturais acumulados ao longo da história da humanidade, sem desconsiderar os aspectos formativos e sociais dos educandos que moram ou trabalham no campo, promove a inclusão dos sujeitos do campo e também a construção de novos paradigmas educacionais com a utilização da metodologia da alternância.

#### **4.1 Fundamentação legal**

A proposta atende a legislação educacional vigente e as Bases Legais da Educação do Campo, a saber:

- Constituição Federal de 1988: artigos 205, 206, 208 e 210;
- Lei nº 9.394, de 20.12.1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Lei nº 10.172, de 9.01.2001, que institui o Plano Nacional de Educação;
- Lei nº 8.666, de 21.06.1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- Portaria Interministerial nº. 127 de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse;
- Resolução/CD/FNDE Nº. 06 de 17.03.2009, que estabelece as orientações e diretrizes para a operacionalização da assistência financeira suplementar aos projetos educacionais que promovam o acesso e a permanência na universidade de estudantes de baixa renda e grupos socialmente discriminados;
- Parecer CNE/CEB Nº 36/2001, sobre Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;



- Resolução CNE/CEB N° 1/2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Parecer CNE/CP N° 9/2001, sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Resolução CNE/CP N° 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CEB N° 1/2006, sobre dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS);
- Resolução CNE/CEB N°. 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;
- Resolução/CD/FNDE n°. 6, de 17 de março de 2009, âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC – Procampo;
- Decreto Presidencial N° 7.352, de 4 de novembro de 2010, DOU 05.11.2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA;
- Portaria N° 86, de 1º de fevereiro de 2013. Ministério da Educação Gabinete do Ministro DOU de 04.02.2013 (n° 24, Seção 1, pág. 28). Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais;
- Decreto n° 5626, de 24 de março de 2002, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o Art. 18, da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Lei no 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);



- Resolução CNE/CP Nº 1/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 18.02.2002, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 19.02.2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, graduação plena, de formação de professores da educação básica em nível superior;
- Edital de seleção Nº 23/2023. Programa Nacional de Fomento à Equidade na Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR EQUIDADE – CAPES/SECADI/MEC de 22 de setembro de 2023.
- RESOLUÇÃO Nº 19/CONSUNI, de 14 de dezembro de 2022, que Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional referente ao quinquênio 2023-2027, da Universidade Federal do Ceará.
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027/ Universidade Federal do Ceará.
- RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2023 que Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

## 5. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 2:

Curso	Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC
Grau	3º Grau
Modalidade do Curso	1ª Licenciatura



Habilitação	Ciências Humanas e Sociais
Código e-MEC	
<b>Titulação conferida em diplomas</b>	Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais

Modalidade	Presencial, em Regime de Alternância entre Tempo Universidade e Tempo-Comunidade.
Turno	Tempo Universidade e Tempo Escola Comunidade diurno e noturno (sexta-feira e sábado).
Unidade acadêmica Local de oferta:	Coordenação da Educação do Campo Faculdade de Educação – FACED/UFC, Fortaleza/CE
Local de funcionamento	Escolas estaduais/municipais e credes (Tempo-Universidade) Escolas do campo e outros espaços do campo do Ceará (Tempo-Comunidade)
Carga horária total do curso	3.398 h
Tempo mínimo de permanência no curso	4 Anos
Tempo médio de permanência no curso	5 anos
Tempo máximo de permanência no curso	5 anos e 6 meses
Regime de Oferta	Modular com disciplinas obrigatórias e optativas



Formas de ingresso	<p>Mediante inscrição e validação desta pela autoridade competente no órgão estadual e/ou municipal de educação, ao qual o candidato está vinculado, via Plataforma Freire, que será disponibilizada mediante cronograma e seguindo os critérios estabelecidos no Manual Operativo do PARFOR.</p> <p>Mediante a aprovação em processo seletivo se oriundo das escolas de ensino médio do campo do Ceará.</p>
Caracterização do público ingressante ao curso de graduação:	<p>Poderão se matricular no curso os professores da rede pública de educação básica, das redes de formação por alternância, e o público de demanda social (cota) que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - Tiverem currículo cadastrado na Plataforma Freire (<a href="https://freire.capes.gov.br/">https://freire.capes.gov.br/</a>);</li><li>II - Forem selecionados pela UFC, conforme as regras do edital nº 23/2023/ PARFOR EQUIDADE</li><li>III III - Possuírem certificado de conclusão do Ensino Médio em Escolas do Campo e,</li><li>IV - Apresentarem comprovação específica, de acordo com a legislação vigente, caso sejam indígenas, quilombolas, pardos, pretos, populações do campo, pessoas surdas e público-alvo da educação especial.</li></ul> <p>Em atendimento aos itens 5.3.4. do Edital nº 23/2023/ PARFOR EQUIDADE, no mínimo 50% das vagas são destinadas a professores da rede pública da educação básica e/ou das redes de formação por alternância que já atuem na área do curso sem possuir a formação adequada, dando-se preferência àqueles que são indígenas, quilombolas, pardos, pretos, pertencentes a populações do campo, pessoas surdas e público-alvo da educação especial.</p> <p>E 5.3.5. Atendidos os professores conforme item 5.3.4, as vagas remanescentes poderão ser destinadas ao público da demanda social, por meio de processo seletivo realizado pela UFC, com destinação de cotas para indígenas, quilombolas, pardos, pretos, populações do campo, pessoas surdas e para o público-alvo da educação especial, conforme legislação vigente e baseada em dados de cor/raça de cada estado.</p> <p>A UFC se responsabilizará pela seleção dos candidatos às vagas e exigirá antes de matriculá-los, a comprovação de que eles atendem aos requisitos de participação listados acima.</p>
Vagas (ano)	90 sendo 30 por turma com início simultâneo





Número de turmas	Três turmas, assim distribuídas no Tempo-Universidade e Tempo Comunidade  A subdivisão das três turmas no Tempo-Comunidade, será feita de acordo com os locais de moradia e de trabalho dos estudantes, as escolas parceiras e a natureza de cada disciplina.
Início de funcionamento	
Situação legal de criação	
Situação legal de reconhecimento	

Fonte: Elaboração própria da Comissão (2023)

## 6. PRINCÍPIOS NORTEADORES

O Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC se insere em um contexto de proposições de medidas e práticas político pedagógicas inovadoras visando o atendimento das diversidades e especificidades de atendimento educacional a grupos historicamente excluídos das políticas sociais. Assim, está plenamente amparado tanto pela legislação geral da educação (LDB nº 9.394/1996) quanto pela legislação mais específica que foi impulsionada nas duas últimas décadas no Brasil em decorrência da política afirmativas e inclusivas. Além dos princípios da educação do campo, o curso é sustentado, epistemologicamente nas concepções da Educação Socialista, Pedagogia Histórico - Crítica e Pedagogia do Movimento.

A **LDB nº 9.394/1996**, ao apontar a necessária adequação do processo educativo às peculiaridades da vida no campo, abriu espaço para se repensar a educação ofertada aos povos do campo, ensejando um movimento pela educação necessária para atender a diversidade étnica, cultural, ambiental e social do campo.

Desse dispositivo e do movimento em defesa da Educação do Campo de qualidade, resultaram as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas



Escolas do Campo, instituídas pela **Resolução CNE/CEB 01/2002**, que trazem as referências para organização escolar, ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino nas escolas do campo. A identidade da escola do campo definida nas Diretrizes exige a formatação de currículos, metodologias e formas de gestão que atendam às necessidades históricas de educação dos diferentes povos e contextos do campo.

No art. 3º, a **Resolução CNE/CEB 01/2002** reafirma o direito de todos à educação, colocando a necessidade de universalização do acesso dos povos do campo à Educação Básica e à Educação Profissional. Esse dispositivo evidencia a necessidade de formação de professores para os diversos níveis e modalidades da educação básica e profissional.

**Decreto 7352/2010**, onde afirma-se que “a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação”.

Além das Diretrizes, a presente proposta apoia-se nos seguintes dispositivos legais:

**Decreto 3.276/1999**, que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e nos artigos 2º e 3º defende uma concepção curricular integrada, para assegurar as especificidades do trabalho multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento.

**Parecer CNE/CP 09/2001 e Resolução CNE/CP 01/2002**, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura em graduação plena.

**Resolução CNE/CP nº 2/2002**, que institui carga horária de 2.800 horas e duração mínima de três anos para integralização curricular dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior.

**Lei 10.639/2003**, modificada pela **Lei 11.645/2008**, que tornaram obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de



ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, e **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Em acordo com tais dispositivos, o currículo do curso ora proposto inclui disciplinas e outros componentes curriculares que visam instrumentalizar os professores a serem formados para cumprir com o que determina tal legislação.

**Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Este projeto, porém, amplia o tempo e a carga horária, compreendendo que a lei estabelece o mínimo e há necessidade de uma formação ampliada, inclusive, em função do déficit da escolaridade a que os educadores do campo estão submetidos, bem como a organização curricular por área de conhecimento. Ressalta-se que as 400 horas de prática estão integradas nas atividades do tempo-escola e comunidade, distribuídas em atividades diversas dos diferentes componentes curriculares.

Também é importante registrar a **Resolução Nº 2, de 20 de dezembro de 2019**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) que traz a curricularização da extensão e das práticas pedagógicas.

O curso também atende ao PDI da UFC no que se refere à organização didático-pedagógica dos cursos de graduação que considera as seguintes características:

- Objetivos do curso, levando em conta o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, as características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso;



- Contexto educacional, considerando as características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso;
- Perfil profissional do egresso, descrevendo as características do profissional que o curso pretende formar e as competências a serem desenvolvidas pelo discente, que devem estar em consonância com os objetivos do curso e as necessidades locais e regionais;
- Estrutura curricular, considerando os princípios filosóficos e técnico metodológicos definidos no PPI, caracterizada por meio da definição dos conteúdos dos componentes curriculares eleitos pelo curso, das metodologias de ensino e de aprendizagem, das formas de acompanhar a avaliar a aprendizagem;
- Metodologias que atendam ao desenvolvimento de conteúdo, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente;
- Propostas pedagógicas que promovam a integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e a interlocução institucionalizada da IES com os ambientes de estágio ou de práticas pedagógicas;
- Tecnologias de informação e comunicação (TIC) a serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem;
- Procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem;
- Gestão do curso que considere a autoavaliação institucional, as avaliações internas e as avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do curso;
- Programas de apoio ao discente que promovam acolhimento e permanência
- Proposta pedagógica que prevê a sustentabilidade; inovação; empreendedorismo; internacionalização; governança; inclusão;



respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

- Ainda, estabelece como metas de ensino: flexibilização curricular; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; articulação teoria e prática; integração da graduação com a pós-graduação; protagonismo estudantil; e formação continuada.

### 6.1 Fundamentação teórica norteadora

A Educação do Campo é compreendida como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológica, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, que se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; que se manifesta e transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado. Esta concepção da educação do campo está sendo construída e já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, que nasce das lutas dos camponeses organizados.

Segundo Caldart (2004) é a luta em defesa da terra, a resistência camponesa e a construção de um projeto de campo pelos camponeses, que forjam a Educação do Campo. Ela trata de uma nova concepção de educação, que se diferencia do que até aqui foi posto pela educação rural, exatamente por seu vínculo de origem com a classe trabalhadora camponesa e suas especificidades. Ou seja, para além de uma educação contextualizada, trata-se de um projeto de formação do homem e da mulher do campo e de um projeto de desenvolvimento do território camponês.

Nesse prisma, a educação para o trabalho e para a cooperação, estão fundadas na compreensão de que trabalho e educação não são opostos, mas se integram, dando significado ao ato de trabalhar e de estudar. Sem trabalho não há vida e não há cultura, o trabalho é concebido como condição para a autonomia (econômica e intelectual), segundo Vendramini e Machado (2011) em estudo relativo à relação educação e trabalho nas elaborações do MST



[...] o trabalho educa formando a consciência das pessoas; [...] provocando necessidades humanas superiores”. Compreende-se que as cooperativas e as experiências de trabalho e organização coletiva, têm um caráter fortemente educativo, no sentido de formar com base em ideias de cooperação, em contraposição aos ideais individualistas e competitivos propagados pela sociedade capitalista (Vendramini; Machado, 2011, p.89).

Para além dessa nova dimensão sócio-política, a nova concepção de educação apresenta como princípios filosóficos: a educação para transformação social; educação para o trabalho e cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com valores humanistas; valorização dos diferentes saberes no processo educativo; valorização da diversidade de espaços e tempos formativos; educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável e vivência dos processos democráticos.

Para tanto, são desenvolvidos abordagens do conhecimento e estratégias metodológicas diferenciadas e de cunho crítico, colocados em prática ainda conforme princípios direcionadores do fazer pedagógico, dentre os quais destacamos: projeto de educação dos e não para os camponeses; os movimentos sociais como sujeitos da educação do campo; a formação humana vinculada a uma concepção de campo; vínculo com as matrizes pedagógicas: trabalho, luta social, organização coletiva, cultura e história; valorização e formação dos educadores; a escola como um dos objetos principais da educação do campo, entre outros.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo se diferencia da educação rural, pois é construída por e para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade do campo. Ela se apresenta como uma garantia de ampliação das possibilidades de homens e mulheres camponeses criarem e recriarem as condições de existência no campo. Portanto, a educação é uma estratégia importante para a transformação da realidade dos homens e das mulheres do campo, em todas as suas dimensões.

Assim, a educação que se defende sustenta-se na concepção de campo como lugar de vida, cultura, produção, e de novas relações solidárias que respeitem a especificidade social, cultural e ambiental dos seus sujeitos. Um projeto de campo



referenciado na agricultura camponesa de base agroecológica alimenta essa dinâmica social e cultural presente na educação do campo.

A Agroecologia, segundo o enunciado pela Revista Brasileira de Agroecologia <sup>1</sup>, é entendida como enfoque científico, teórico, prático e metodológico, com base em diversas áreas do conhecimento, que se propõe a estudar processos de desenvolvimento sob uma perspectiva ecológica e sociocultural, a partir de um enfoque sistêmico, adotando o agro ecossistema como unidade de análise, e apoiar a transição dos modelos convencionais de agricultura e de desenvolvimento rural para estilos de agricultura e de desenvolvimento rural sustentáveis. Consiste, ainda, nas práticas agrícolas de manejo sustentável, historicamente desenvolvidas pelas populações tradicionais, tensionadas pelas transformações contemporâneas nos sistemas alimentares, que impulsionam movimentos na luta por relações

---

sociedade-natureza pautadas numa racionalidade ecológica, situando a agroecologia como ciência, prática agrícola e movimento.

Assim, o Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, estruturado nessa concepção de campo e de educação, apresenta proposta político-pedagógica diferenciada, que se amplia para a educação não escolar e para os movimentos e formas de organização do campo. No bojo das transformações necessárias à agricultura, educação e escola, considerando interesses sociais e humanos, projeta-se uma formação capaz de preparar o educador do campo para construir relações entre escolas e processos de produção agrícola de base agroecológica. Portanto, tem por perspectiva promover o estudo, a pesquisa e a reflexão sobre a educação dos povos do campo e o desenvolvimento de metodologias para atender a educação das diversidades territoriais e culturais dos povos do campo.

Nesta proposta, as escolas do campo são consideradas na perspectiva posta pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, que

---

<sup>1</sup> <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/>



define sua identidade pela vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Portanto, ao se definir como público-alvo aqueles que atuam nas escolas do campo, estamos demarcando esse espaço, para além da escola formal, incluindo-se aí os demais espaços educativos que se encontram no campo, como associações, cooperativas, sindicatos, movimentos etc.

Nesse sentido, esse projeto tem como finalidade o desenvolvimento de um curso de licenciatura que prepare os educadores para a atuação técnica, social e política nas escolas do campo, visando a melhoria das condições educacionais e integrada a um projeto de desenvolvimento sustentável, pautado na agroecologia, respeitando suas especificidades e a diversidade de suas culturas. Nessa perspectiva, tem-se como referência a proposta para a formação de educadores defendida pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), para quem a identidade docente amplia-se pela pesquisa e difusão do conhecimento, rompendo-se com a dualidade entre teoria e prática e não se limitando a indicar, mecanicamente, competências e habilidades como perfil do profissional. Ao propor-se um currículo diferenciado do currículo dos demais cursos de licenciaturas já existentes na UFC, tem-se a clareza de que estes não correspondem, em sua totalidade, às demandas da escola do campo, contudo, foram adotados como referências importantes na elaboração dessa proposta e tornam-se espaço privilegiado dos debates necessários para as mudanças a serem promovidas.

A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC constitui-se um campo multi e interdisciplinar, que não se restringe a uma prática pedagógica, mas a uma pedagogia interventiva, produtiva e reflexiva, capaz de abranger um amplo leque de referências e interfaces do conhecimento do campo e de seus movimentos e demais formas de organização, sustentada, entre outros, nos seguintes **princípios básicos**:





1. **Defesa de uma Política Pública de Educação do Campo**- Esta proposta se integra ao esforço nacional de construção de uma política pública de educação do campo que respeite a diversidade étnica, cultural e territorial dos diversos povos do campo e que contribua para o fortalecimento de suas identidades. Assim, o processo educativo deve contribuir para a superação da atual realidade educacional do campo e da oposição entre campo e cidade e a visão predominante de que o moderno e mais avançado é sempre o urbano, e que o progresso de um país se mede pela diminuição da sua população rural.

2. **Educação pelo trabalho e para o trabalho** - Historicamente, os sujeitos do campo têm enfrentado o dilema de optar entre educação e trabalho. Na solução desse dilema, quase sempre, prevalece o trabalho, dadas as condições de existência no campo, pois a escola tem concebido o trabalho e a educação como atividades antagônicas, configurando, pois, um processo educativo abstrato e sem muito significado para o mundo produtivo no qual se inserem os camponeses. Esta proposta visa a superação dessa dualidade integrando educação e trabalho com um todo dialético, pois compreende-se o trabalho como toda ação humana que transforma a natureza e o próprio homem, gerando a riqueza, a arte, o saber, a tecnologia. Portanto, o processo educativo não pode abstrair-se do trabalho, mas, ao contrário, deve integrar-se ao mundo do trabalho, significando o ato de produzir conhecimento e gerando novos conhecimentos retroalimentando o processo produtivo.

3. **Educação para a transformação social** - Nesta proposta, o processo de educação é compreendido como um processo de reflexão e intervenção na realidade, vinculado organicamente à dinâmica social. Assim, o processo educativo deve contribuir para transformações sociais, que visem à justiça, a democracia e a humanização da sociedade e constituir-se enquanto ato político, marcado pela intencionalidade de transformar, desde o espaço de atuação docente até a estrutura mais ampla da sociedade onde estão inseridos os educadores-alunos. Enfim, uma educação que possibilite a práxis educativa como instrumento necessário para perceber e interpretar o sentido que homens e mulheres do campo têm de sua realidade social, apreendendo o modo como vivem,



pensam, produzem suas concepções de mundo, desvelando sua cognição para novas direções e profundas transformações sociais.

**4. Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana** - A integração do currículo a partir de uma base unitária, tendo a realidade do campo e a docência como eixo, visa à formação integral dos sujeitos. A educação para ser significativa deve abranger as várias dimensões da pessoa humana, as quais devem constituir as dimensões do conhecimento, de forma a contribuir para a formação técnica, política, cultural e humana de educadores mais completos. Nessa perspectiva, o trabalho pedagógico deve contemplar a comunicação entre os saberes, visando à interdisciplinaridade e a contextualização.

**5. A realidade como base da produção do conhecimento** - A produção de conhecimento se dá a partir das relações sociais, políticas e econômicas concretas que configuram a dinâmica de uma sociedade. Nesta proposta, a realidade concreta deve ser entendida como prática social dos sujeitos, historicamente determinados, diferenciando-se, portanto, da realidade como cotidiano, embora este faça parte daquele. Assim, o curso a ser desenvolvido terá como referência a realidade concreta do campo maranhense, situada no contexto amplo da sociedade brasileira e do mundo, de forma a contribuir para o conhecimento científico dos fenômenos observados e assim, para a transformação de sua realidade numa perspectiva emancipatória. A realidade deve constituir-se o ponto de partida e de chegada do trabalho pedagógico, a partir de sucessíveis saltos qualitativos.

**6. Unidade Teoria-prática** - A unidade teoria-prática deve se constituir no princípio articulador de todo o curso, dando à sua estrutura o caráter unitário, superando a dualidade entre formação geral e formação específica, entre ensino propedêutico e ensino profissional, entre trabalho e educação. Definir uma relação orgânica entre teoria e prática como princípio norteador do curso significa a defesa de um currículo integrado em todas as suas dimensões, superando a fragmentação do saber e dando significado ao ato de aprender e de construir saberes. Nesse sentido, tanto o espaço universitário quanto o espaço de atuação profissional e de vivência dos educadores constituem espaços educativos,



articulando ensino, pesquisa e extensão, num processo permanente de reflexão-ação-reflexão. É nesse processo que se consolidará a formação do educador necessário para atuar na realidade do campo.

**7. Vivência de processos democráticos e participativos** - A estrutura de organização e funcionamento do curso deve permitir a alunos, educadores e gestores a vivência de processos democráticos em estruturas participativas. Esses processos devem contribuir para o desenvolvimento da capacidade de iniciativa; respeitar as decisões tomadas no coletivo; buscar a solução de problemas; exercitar a crítica e a autocrítica; ter compromisso pessoal com as ações coletivas e o compromisso coletivo com as ações individuais.

**8. Educação pluriétnica e cultural e não discriminatória** - A educação proposta se estrutura também como ação afirmativa para a correção do déficit histórico de educação que tem estado para com as populações do campo e de grupos específicos como as mulheres, os afrodescendentes, os indígenas, os homossexuais. O currículo, as práticas, os valores a serem desenvolvidas no curso devem contribuir para o debate acerca dessas questões, e para formação de relações não discriminatórias, bem como contribuir para a formação de educadores competentes para tratar desses aspectos nos processos educativos e para o reconhecimento da cultura brasileira como pluriétnica, em cujas raízes estão os povos indígenas, africanos e afrodescendentes.

**9. Diálogo entre Cultura popular e cultura sistematizada** - Cultura popular e cultura sistematizada não são excludentes e ambas formam um único universo: o conhecimento humano, filho da experiência. Desse modo precisam dialogar e produzir novas formas de intervenção na realidade concreta. Negar o conhecimento sistematizado às classes populares é excluí-las do processo de apreensão e construção desse conhecimento, pois ambos são históricos e, portanto, um direito inalienável de homens e mulheres.

**10. Educação em Agroecologia** - Proposta que se integra ao desafio nacional da Educação do Campo em promover a agroecologia como educação básica do campo. Essa aproximação da agroecologia com as escolas do campo



insere-se no objetivo de transformação social mais ampla, da qual a educação, a escola e a agricultura fazem parte. No processo formativo do curso, a agroecologia é um eixo estruturante e articulador junto aos princípios anteriormente elencados, incidindo sobre a formação geral e específica do educador do campo para uma compreensão crítica da relação sociedade-natureza, nas suas diversas dimensões, na perspectiva da construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável.

Desta forma, é necessário definir a proposta pedagógica, tendo em vista, que ela é pedagógica, filosófica e política. A proposta pedagógica deve, necessariamente, contribuir com a transformação social, portanto, a curricularização da extensão proposta pelo curso tem o propósito de intervenção efetiva na comunidade, especialmente por meio da pedagogia da alternância, que traduz os conceitos teóricos nas atividades formativas desenvolvidas no tempo comunidade, o que caracteriza a práxis como atividade político-educativa dedicada à transformação social (Sousa Junior, 2009).

## **7. OBJETIVOS DO CURSO**

### **7.1 Objetivo geral**

Promover a formação superior em LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR – UFC, com habilitação em Ciências Sociais e Humanas, visando contribuir para a melhoria da qualidade da escola do campo, cuja terminalidade contribua na organização e cultura dos camponeses, compreendendo que o ser humano apenas avança no campo do conhecimento, por meio do processo histórico. Busca-se, portanto, com a formação nesse curso: a participação na comunidade e nos movimentos sociais na defesa das políticas públicas, como, por exemplo: cultura, lazer, trabalho, educação, reforma agrária, saúde, dentre outras, considerando todas as dimensões da vida humana em comunidade.



## 7.2 Objetivos Específicos

- Formar professores para atuação nas escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental, ensino médio e Educação Profissional nas escolas do campo por meio de organização curricular e definição metodológica específicas;
- Habilitar professores para o exercício docente transdisciplinar em escolas do campo, nas áreas de CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS;
- Superar a organização curricular por disciplinas estanques e reduzir o déficit de professores nessa área nas escolas do campo;
- Desenvolver estratégias de formação para a docência multidisciplinar nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e Educação Profissional nas escolas do campo;
- Integrar ensino, pesquisa e extensão (por meio da curricularização) em um processo dialético de ação-reflexão-ação, articulando o espaço de formação acadêmica, de trabalho na escola e nos movimentos sociais;
- Promover a formação crítica, com visão ampliada de mundo, da sociedade brasileira, dos processos sociais contemporâneos e a compreensão do campo, com sua história, seus valores, sua cultura, seus saberes e sujeito e seus determinantes históricos, políticos, culturais e econômicos;
- Desenvolver a competência técnica e política para planejamento, gestão e avaliação de processos pedagógicos próprios para a educação do campo, ancorada numa concepção sustentável de campo e de mundo;
- Contribuir para o desenvolvimento de pesquisas e experiências pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de estratégias educativas de intervenção qualitativa na realidade das escolas do campo;
- Habilitar professores para articulação do trabalho na escola com o trabalho em comunidade e movimentos sociais, na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas não só para a democratização da educação pública, mas ao processo de construção da reforma agrária, da agricultura



com base nos princípios da Agroecologia e da cooperação, assim como de demais políticas a favor dos interesses sociais e humanos;

- Estimular os estudos voltados para o currículo da escola do campo e, especialmente, para a sistematização de saberes e metodologias na área de Ciências Humanas e Sociais;
- Construir por meio da ação integrada escola e comunidade, novas vivências educativas em sala de aula, fortalecendo o papel da escola e da cultura do campo;
- Produzir e sistematizar materiais didáticos para as escolas do campo, que possibilitem o apoio pedagógico às atividades docentes, facilitando aos educandos o acesso ao conhecimento sistematizado;
- Correlacionar as políticas públicas no campo da educação com as políticas sociais necessárias ao campo: trabalho, cultura, esporte, lazer, saúde, comunicação, moradia, previdência, preservação do meio ambiente, estradas, eletrificação, saneamento;
- Promover o intercâmbio do curso com as diversas experiências em educação do campo, realizadas pelas diversas organizações governamentais, não governamentais e movimentos sociais do estado do Ceará e de outros estados da Federação.

## **8. PERFIL DESEJADO DO EGRESSO**

A proposta de formação está direcionada para a graduação de professores que atuam e que irão atuar na Educação Básica do Campo, ou seja, em escolas localizadas no campo ou em periferias urbanas e distritos que defendem a educação do campo em sua essência. Portanto, ao longo do curso, cada um/a poderá construir habilidades específicas para o ensino do campo desenvolvido em instituições públicas de ensino (municipais ou estaduais), bem como em Escolas Famílias Agrícolas. No caso do Ceará, também poderão atuar em órgãos centrais de educação e em escolas urbanas que atendam alunos advindos do campo e que defendam os princípios e concepções da educação do campo.



O curso, atendendo ao Edital N° 23/2023, é voltado para a formação de docentes para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e Educação Profissional nas escolas do campo. O processo de formação, percorrendo os caminhos do ensino, da pesquisa e da extensão e complementado pelos estágios curriculares e o TCC, pressupõe a formação do aluno para sua inserção no mundo do trabalho. Portanto, objetiva a formação de professores pesquisadores, capazes de observar e analisar a realidade, aptos para propor alternativas de solução para os problemas detectados em parceria com seus pares e os diferentes grupos sociais, com habilidade para elaborar textos acadêmicos e científicos que denunciem as situações-problemas e anunciem as possibilidades e as experiências bem-sucedidas da Educação Básica do Campo no Ceará. Espera-se que esses professores atuem de maneira comprometida com a inclusão e com o direito de cada ser humano a ter acesso à educação pública de qualidade mediante percursos respeitosos e desafiadores.

Pretende-se, intencionalmente, contribuir com a formação de professores que construam, coletivamente, com a Educação Básica do Campo preconizada nos textos históricos dessa área de atuação, nos documentos oficiais, nas reivindicações das diferentes organizações camponesas e, nesse processo, todos os momentos do Curso – engajados no contexto social, político, econômico e histórico – são fundamentais.

Ao percorrer uma trajetória formativa na Educação do Campo reafirmando-se os princípios humanitários, busca-se a formação e transformação do educador do campo para além da dimensão econômico-material. Almeja-se a formação de educadores com sensibilidade e capacidade técnica e política para reconhecer e promover os princípios, concepções e fundamentos da vida no campo e na cidade. Educadores capazes de se reconhecer na cultura das populações do campo, sem, contudo, se limitar somente a ela, mas tendo-a como referencial. Em outras palavras, busca-se a formação de educadores cuja qualificação técnica e política contribua para um direcionamento da escola do campo, a favor de uma melhoria das condições de vida do lugar. Assim, o perfil do educador do campo se identifica



por seu papel fundamental na resistência organizada em defesa da escola pública, da reforma agrária e da transformação da escola do campo e da sociedade.

Conforme destaca Caldart (2004, p. 35), a Educação do Campo tem construído um conceito mais alargado de educador. É educadora aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social; seja educando as crianças, os jovens, adultos ou os idosos. Dos egressos da Educação do Campo espera-se a ação humanizadora do Homem, em busca de padrões civilizatórios mais evoluídos e equilibrados na relação dos seres humanos entre si e deles com as demais formas de vida do planeta Terra.

## **9. ÁREAS DE ATUAÇÃO DO FUTURO PROFISSIONAL**

Os egressos do Curso de Educação do Campo – estarão habilitados para a docência das disciplinas na área de Ciências Humanas e Sociais, nos últimos anos do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional de Nível Técnico, seja na modalidade subsequente ou integrada, com especificidade para atuação em escolas do campo. Porém, deve-se ressaltar que o percurso formativo não lhe impede de atuar em escolas localizadas nas áreas urbanas, uma vez que a matriz curricular contempla os conteúdos dos cursos convencionais e a formação específica para o campo é ampliada, resultando em aumento da carga horária total.

### **9.1 Habilidades e competências para as áreas em que atuarão os egressos**

Espera-se que os egressos sejam professores capazes de:

- Apresentar postura ética frente à preservação da vida em todas as suas manifestações;
- Estabelecer relacionamentos respeitosos e cordiais com todos os seres vivos e com a natureza em geral;





- Conquistar espaços pessoais e profissionais, para solicitar algum favor, para propor atividades, para argumentar em favor de uma proposta diferenciada de Educação do Campo;
- Ouvir o outro que tem uma concepção oponente à sua e ser capaz de apresentar sua opinião com argumentos, mas sem impor;
- Reconhecer a escola como uma instituição educativa social e responsável, como apoio à família, pela educação de crianças e de adolescentes;
- Compreender a responsabilidade que recai sobre o professor por atuar com seres humanos em crescimento e formação, numa sociedade que não oportuniza espaços e tempos para as convivências e o fortalecimento de valores éticos;
- Apresentar domínio científico e técnico na área de conhecimentos específicos de sua formação, demonstrado por meio da capacidade de: pensar; questionar; duvidar; argumentar; propor; refletir; participar em seminários, debates, reuniões de estudo, atividades de pesquisa e de extensão; produzir textos acadêmicos e científicos; participar de eventos comunitários e científicos;
- Avaliar seus conhecimentos e atuação, buscando a formação inicial de qualidade e a formação continuada depois de concluído o curso;
- Analisar e propor soluções para situações-problemas surgidas no cotidiano com aptidão para intervir, criar, propor, solucionar, dimensionar ações, atuar em conjunto;
- Desenvolver o prazer pelo estudo e pelo debate, entendendo que a vida pessoal e profissional apresenta situações que exigem discernimento e tomada de decisões que somente o conhecimento e a reflexão podem conduzir ao acerto;
- Compartilhar momentos de encontro e de lazer por meio da valorização das expressões culturais locais e de diversificadas linguagens (música, teatro, cinema, dança, poesia, literatura e outras);
- Compartilhar conhecimentos pessoais e estar aberto para assimilar novos conhecimentos, principalmente os relacionados com os saberes, os fazeres e as tecnologias do campo;



- Estar sensibilizado e comprometido com o contexto social mais amplo, aplicando seus conhecimentos de forma a atender diversidades étnicas, culturais, de gênero, bem como grupos com necessidades especiais, superando a educação escolar seletiva e excludente que tem ignorado as características individuais e buscando resultados que, muitas vezes, impõem ritmos agressivos e desumanos de estudo, principalmente para crianças e adolescentes;

Considerando que a Educação Básica do Campo oferece um amplo campo de atuação, pretende-se que as ações desenvolvidas, a vivência de experiências diversificadas e o diálogo permanente com as populações do campo, suscitem a revisão do processo de formação oferecido, remetendo para a avaliação do curso enquanto formador de profissionais capazes de observar, elaborar diagnósticos, planejar, interferir, avaliar, replanejar e, dessa forma, modificar a realidade educacional, política e social e, assim, o graduado por meio do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, precisa estar apto para:

- Atuar como professor da Educação Básica do Campo, na área de sua formação, mas com proposta político-pedagógica transdisciplinar;
- Concorrer a cargos de direção, de coordenação pedagógica, de especialista em educação de acordo com a legislação municipal e estadual;
- Propor e coordenar projetos político-pedagógicos, de maneira compartilhada com a comunidade escolar e com as comunidades do campo;
- Atuar em programas e projetos do campo, em projetos agroecológicos, em projetos de agricultura familiar, em projetos de extensão e/ou pesquisa;
- Estimular, propor e participar de eventos culturais com a comunidade;
- Organizar e compartilhar a coordenação de espaços e tempos de mística da terra;
- Proporcionar momentos de rememoração dos acampamentos, das lutas pela terra, de contemplação estética, de convivência com a natureza e de valorização da vida no campo;
- Participar das organizações do campo e dos movimentos sociais, principalmente nos momentos de reivindicação e de confronto/encontro com o



poder público e com as forças contrárias ao campo como lugar de trabalho e de vida.

## 10. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

### 10.1 Fundamentos e objetivos do currículo

Concebe-se que a educação do campo e a formação de seus educadores devem ser construídas no sentido da promoção do mais amplo processo de formação político-pedagógica, vinculado à ideia do coletivo e ao movimento mais amplo de transformação social. Para Berhens (2011) a educação do campo surge como um paradigma emergente que tem revelado a necessidade de se renovar os processos de ensino e aprendizagem, buscando superar as propostas educativas conservadoras, a reprodução para a produção do conhecimento, as linhas do pensamento abissal entre campo e cidade as suas Fronteiras. A luta dos movimentos sociais dos povos do campo é no sentido de participar da construção do conhecimento de adentrar no território da ciência viva no latifúndio do saber de fazer diálogo entre os saberes

Nessa perspectiva, a proposta pedagógica do curso requer uma formação não limitada ao fazer, pois, isso nega aos educadores do campo a possibilidade de produzirem uma reflexão filosófica, teórico-epistemológica acerca de sua própria condição, inclusive nas relações com a cidade e com as demais modalidades do conhecimento. Pela complexidade que o conhecimento atingiu em nossos dias, nenhuma área tem sua existência ou identidade construída a partir de si mesma, fora das demais áreas do conhecimento, isolada do debate com as demais culturas.

Propor um currículo para a escola do campo exige que se pense a vida do campo no contexto da atual fase do capitalismo (globalização econômica, neoliberalismo, mercado, comunicação, novas tecnologias, reestruturação produtiva, agronegócio etc.) em curso nesse país, que tem implicado desenvolvimento desigual e excludente em diversos âmbitos (saúde, educação, moradia, relações de trabalho, organização da produção, eletrificação, saneamento, transportes, estradas), ou seja, vivenciam-se ao mesmo tempo, no campo, relações arcaicas e relações modernas,



extremamente arraigadas na lógica do mercado capitalista, as quais têm implicado maior concentração da riqueza para uma minoria e uma crescente pobreza da maioria.

Ao se fazer referência à escola e ao educador do campo não se está defendendo uma escola agrícola, mas necessariamente uma escola que esteja relacionada à cultura do campo, sem se limitar somente a ela, mas tendo-a como referencial, ou seja, que a formação do educador para essa escola contribua para uma direção política a favor da melhoria das condições de vida dos sujeitos do campo. Assim, a formação do educador do campo se identifica pelo papel fundamental de educadores e educadoras na resistência organizada em defesa da escola pública, da reforma agrária e da transformação mais ampla da sociedade.

O desenvolvimento de uma educação transformadora requer um currículo inspirado em pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica, da Pedagogia Socialista e da Pedagogia do Movimento, cujos elementos deverão garantir a identidade do curso, se materializando em ações concretas de intervenção pedagógica na realidade atual das escolas do campo. Assim, o Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC apresenta uma estrutura curricular que tem na docência e na formação política, o caráter unitário e na agroecologia, um caráter transversal capaz de conferir a todos os profissionais formados, qualquer que seja o seu campo de intervenção, essa identidade.

Conforme afirma Malanchen:

O currículo na perspectiva da Pedagogia Histórico -Crítica, tem por objetivo a apreensão da totalidade do conhecimento, que se dará no movimento de análise das partes, para articular a compreensão do todo. Isso explica a importância dos conteúdos selecionados para o ensino e aprendizagem no âmbito escolar, pois será a partir desses conteúdos que os indivíduos poderão chegar à compreensão unitária, coerente e articulada da realidade (Malanchen, 2016, p. 35).

Para Molina e Hage (2012): O currículo é aqui concebido de forma ampliada, reunindo todas as diferentes formas de saberes, práticas sociais, valores e ideologias, tendo a ciência e a filosofia, papel importante como saberes



sistematizados historicamente a serviço da construção de conhecimento e de transformação da realidade. Nesse sentido, o currículo proposto tem como objetivos possibilitar ao aluno:

1. Compreender, de forma crítica e contextualizada, as relações e processos sociais organizados, a partir da reflexão sobre as diferentes realidades;
2. Dominar conhecimentos essenciais do currículo da educação básica para o exercício da docência na área específica de sua habilitação;
3. Compreender o conhecimento sistematizado como propiciador de relações entre a aprendizagem e a realidade vivida, sem negar a cultura de origem do homem e mulher do campo;
4. Dominar os usos e funções sociais da leitura e da escrita criticamente, para a formação de sujeitos leitores do mundo e da palavra;
5. Desenvolver conhecimentos e estratégias diversificadas de ensino e aprendizagem para as escolas do campo;
6. Desenvolver conteúdos e metodologias para o trabalho organizativo, cooperativo com famílias, movimentos e entidades sociais do campo;
7. Promover a integração do aluno com sua comunidade, possibilitando a pesquisa e a construção de projetos e práticas pedagógicas que expressem a história, a cultura e o conhecimento dos educandos, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade camponesa;
8. Integrar ao processo de formação do educador às atividades de arte e cultura, esporte e lazer em suas diversas linguagens e modalidades de manifestação, garantindo uma prática educativa identificada com o fazer cultural do homem e mulher do campo;
9. Realizar atividades que possibilitem ao aluno expressar seus sentimentos, experiências de vida, opiniões e ideias, bem como elementos conflitantes da prática educativa, visando construir para novas relações humanas e pedagógicas nas escolas do campo, nos movimentos e entidades sociais e na vida do assentamento;



10. Desenvolver atividades pedagógicas (estudos e pesquisas) que contribuam para a ampliação do universo cultural dos educadores e educadoras em formação, no campo da ciência, literatura, filosofia, arte e política, contribuindo para processos de crítica e autocrítica, de modo a fortalecer a sua autonomia intelectual como educadores e sujeitos sociais do campo;
11. Estabelecer relações entre trabalho e educação a partir de reflexões sobre as experiências vividas em sala de aula, no assentamento, nos movimentos sociais e com mundo do trabalho no campo e na cidade;
12. Relacionar os conteúdos disciplinares com as suas necessidades reais e para a compreensão das relações do campo e das relações sociais mais amplas;
13. Estudar Agroecologia e suas práticas de modo a buscar que tais conhecimentos constituam sua prática docente.
14. Realizar experiências que contribuam para a ampliação dos processos de criação, criatividade e transformação, tanto individualmente como nos coletivos de educadores, na escola, nos movimentos sociais;
15. Avaliar o exercício discente visando estabelecer os níveis de dificuldades, visando superá-las e os avanços no desempenho escolar e não-escolar;
16. Refletir sobre as relações de gênero, raça e etnia no processo educativo, no âmbito das áreas de reforma agrária e da sociedade;
17. Estudar os valores e práticas organizativas das culturas negra, indígena e camponesa, como conteúdos fundamentais para o fortalecimento das identidades desses sujeitos;
18. Possibilitar o acesso à cultura tecnológica contemporânea, sem negar a condição de humanização que o conteúdo dessa aprendizagem precisa ter;



19. Elaborar Trabalho de Conclusão de Curso visando analisar e sistematizar estudos e experiências vivenciados no processo de formação, tanto em sala de aula quanto nas comunidades e movimentos sociais.

## 10.2 Matriz curricular

A matriz curricular intenta estruturar práticas e conhecimentos diversos, visando a materialização dos princípios filosóficos e pedagógicos que orientam este PPC e, assim, garantir aos educadores do campo uma formação ampliada.

Nessa perspectiva, a matriz curricular vai além da estrutura convencional que se desenvolve na maioria dos cursos de formação dos educadores. Nela, amplia-se o universo teórico-metodológico, de forma a contemplar não somente os conteúdos das disciplinas curriculares básicas exigidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, mas também disciplinas, seminários, pesquisas e processos organizativos que contribuam para a formação política, pedagógica e de cultura geral e específica para a atuação no contexto do campo, permitindo que o educador atue em diferentes espaços da educação, que não somente na escola.

A pesquisa, docência e participação política como eixos principais dessa formação são entendidas como:

1. Instrumento e compromisso de transformação;
2. Postura de estudo, reflexão e produção de conhecimento sobre a realidade;
3. Fomento à luta e a busca de novas formas de ser e de existir nos tempos e espaços diversos;
4. Possibilidade de registro da história dos sujeitos do campo e da educação do campo;



5. Critério de conquista de autonomia intelectual e política para uma participação mais eficaz nos movimentos e nas lutas por políticas públicas para o campo;
6. Possibilidade de desenvolver a criatividade visando construir e contribuir com ações que permitam solucionar problemas emergentes;
7. Processo de interação com outros processos de criação e difusão de conhecimento;
8. Qualificação dos sujeitos para atuar na realidade do campo, pautados em dados concretos de interpretação da realidade.
9. Perspectiva de intercâmbio com outras realidades e pesquisadores;
10. Promoção da educação com qualidade social.

### 10.3 Estrutura curricular (matriz curricular do curso)

As disciplinas serão desenvolvidas presencialmente, seguindo a proposta da Pedagogia da Alternância, ou seja: o Tempo-Universidade com o enfoque mais teórico (em torno de 40% da carga horária), e o Tempo Comunidade com enfoque mais prático, ainda, por meio da curricularização da extensão (em torno de 60% da carga horária), via utilização de instrumentos próprios da Pedagogia da Alternância. Essa proposta é dinâmica e exige a reorganização dos estudantes em divisões de turmas, de acordo com os seus locais de moradia e de trabalho, as escolas parceiras e a natureza de cada disciplina.

Quadro 3 - Resumo com componentes curriculares

COMPONENTES CURRICULARES			CARGA HORÁRIA	
OBRIGATÓRIOS	Componentes obrigatórios	Teóricas/Tempo Universidade	1568	3060
		Práticas/ Tempo Comunidade	688	
		EaD	0	





		Extensão	0	
		Unidade curricular Especial de Extensão	340	
		Estágio supervisionado	400	
		Trabalho de Conclusão de Curso	64	
OPTATIVOS	Componentes optativos	Teóricas/Tempo Universidade	112	240
		Práticas/ Tempo Comunidade	128	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES			98	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>3.398</b>	

Fonte: Elaboração própria da Comissão (2023)

### 10.3.1 Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC: Ciências Humanas e Sociais

MOD	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS – NÚCLEO DE ESTUDOS BÁSICOS OU ESTRUTURANTES	CH
MÓDULO 1	Contextualização histórica, política e econômica da educação brasileira Historical, political and economic contextualization of Brazilian education	64
	Educação do campo no Brasil e no Ceará Rural education in Brazil and Ceará	64
	Filosofia da Educação Philosophy of Education	64
	Psicologia da Educação I Educational Psychology	64
	Sociologia da Educação Sociology of Education	64



	Pesquisa educacional I – Seminário de Pesquisa Educational research I – Research Seminar	64
	Leituras e produções textuais Readings and textual productions	64
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 1</b>	<b>448</b>
<b>MÓDULO 2</b>	Agricultura familiar e camponesa Family and peasant farming	64
	Currículos e programas Curriculum and programs	64
	Política Educacional Educational politics	64
	Psicologia da Educação II e os sujeitos do campo Educational Psychology II and the subjects of the field	64
	Educação do campo e método: contribuições do materialismo histórico-dialético Rural education and method: contributions from historical-dialectical materialism	64
	Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos em Educação do Campo, Quilombola e Indígena Fundamentals and Practices of Youth and Adult Education in Rural, Quilombola and Indigenous Education	64
	Educação do campo: movimentos sociais, legislação, organização da educação do campo Rural education: social movements, legislation, organization of rural education	64
	Educação do campo: políticas públicas, gestão escolar Rural education: public policies, school management	64
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 2</b>	<b>512</b>
<b>MÓDULO 3</b>	Didática I: escolas do campo, planejamento educacional, práticas político-pedagógicas Didactics I: rural schools, educational planning, political-pedagogical practices	64



	A questão agrária The agrarian question	64
	Expansão capitalista no campo Capitalist expansion in the countryside	64
	Pesquisa Educacional II – Desenvolvendo o TCC Educational Research II – Developing the TCC	64
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 3 256</b>	
MÓDULO 4	Ensino de Língua Portuguesa Teaching Portuguese Language	64
	Desenvolvimento agrário sustentável Sustainable agricultural development	64
	Língua brasileira de sinais Brazilian sign language	64
	Didática II: escolas do campo, planejamento educacional, práticas político-pedagógicas Didactics II: rural schools, educational planning, political-pedagogical practices	64
	Organização do trabalho pedagógico nas escolas do Campo indígenas e Quilombolas Organization of pedagogical work in indigenous and Quilombola rural schools	64
	Práticas político-pedagógicas Estágio I: anos finais do ensino fundamental Political-pedagogical practices Stage I: final years of elementary school	120
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 4 440</b>	
<b>NÚCLEO DE ESTUDOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS OBRIGATORIAS</b>		
MÓDULO 5	História econômica geral e do Brasil General and Brazilian economic history	64
	Geopolítica e Geografia agrária	64



	Geopolitics and agrarian geography	
	Diferenças culturais e identidades Cultural differences and identities	64
	Teorias da história e historiografia Theories of history and historiography	64
	Desenvolvimento local, economia solidária e agroecologia Local development, solidarity economy and agroecology	64
	Sociologia Agrária Agrarian Sociology	64
	Práticas político-pedagógicas Estágio II: anos finais do ensino fundamental Political-pedagogical practices Stage II: final years of elementary school	120
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 5</b>	<b>504</b>
<b>MÓDULO 6</b>	Território e identidade Territory and identity	48
	Estado e políticas públicas State and public policies	64
	Ensino de História Teaching History	64
	Ensino de Geografia Teaching Geography	64
	Ensino de Ciências Sociais Teaching Social Sciences	64
	Práticas de ensino Teaching practices	32
	Práticas político-pedagógicas Estágio III: ensino médio e ou educação profissional de nível médio Political-pedagogical practices Stage III: secondary education and/or secondary professional education	80
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 6</b>	<b>416</b>



<b>NÚCLEO DE ATIVIDADES EDUCAÇÃO DO CAMPO DO CEARÁ UNIDADE CURRICULAR ESPECIAL DA EXTENSÃO</b>		<b>CH</b>
<b>MÓDULO 7</b>	Atividades de extensão: experiências vividas com o trabalho como princípio educativo e a produção do campo Extension activities: experiences lived with work as an educational principle and field production	96
	Atividades de extensão: pesquisa - inventário da realidade Extension activities: research - inventory of reality	96
	Atividades de extensão: seminários nas comunidades locais Extension activities: seminars in local communities	64
	Atividades de extensão: intervenção social na comunidade Extension activities: social intervention in the community	84
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 7</b>		<b>340</b>
<b>MÓDULO 8</b>	Práticas político-pedagógicas Estágio IV: ensino médio e ou educação profissional de nível médio Political-pedagogical practices Stage IV: secondary education and/or mid-level professional education	80
	Atividades complementares Additional activities	98
	Trabalho de conclusão de curso (TCC) e seminário de conclusão Course completion work (TCC) and conclusion seminar	64
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 8</b>		<b>242</b>
<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>		<b>CH</b>
	Educação especial e inclusiva nas escolas do campo, indígenas e quilombolas	64



<b>MÓDULO 9</b> Optativas	Special and inclusive education in rural, indigenous and quilombola schools	
	A produção camponesa e a agroecologia Peasant production and agroecology	64
	Educação Escolar Quilombola Quilombola School Education	48
	Educação Escolar Indígena Indigenous School Education	64
	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO MÓDULO 9</b>	

<b>NÚCLEO DE ATIVIDADES INTEGRADAS E HUMANÍSTICAS</b>		<b>CH</b>
<b>Obrigatórias</b>		
Práticas político-pedagógicas Estágio I: anos finais do ensino fundamental.	120	
Práticas político-pedagógicas Estágio II: anos finais do ensino fundamental.	120	
Práticas político-pedagógicas Estágio III: ensino médio e ou educação profissional de nível médio	80	
Práticas político-pedagógicas Estágio IV: ensino médio e ou educação profissional de nível médio	80	
<b>TOTAL: Atividades Integradas e Humanísticas</b>	<b>400</b>	
<b>NÚCLEO DE ATIVIDADES</b>		
<b>Educação do campo do Ceará Unidade Curricular Especial da Extensão</b>		
Atividades de extensão: experiências vividas com o trabalho como princípio educativo e a produção do campo	96	
Atividades de extensão: pesquisa educacional	96	
Atividades de extensão: seminários nas comunidades locais	64	
Intervenção Social na comunidade - Projetos de intervenção social	84	
<b>TOTAL: Unidade Curricular Especial de Extensão</b>	<b>340</b>	
<b>NUCLEO - ATIVIDADES EDUCAÇÃO DO CAMPO: TCC</b>		
Trabalho de conclusão de curso e seminário de conclusão	64	
<b>TOTAL TCC:</b>	<b>64</b>	



<b>NÚCLEO ATIVIDADES ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>		
	Atividades Complementares	98
	<b>TOTAL: Atividades Complementares</b>	<b>98</b>
<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>		
	Educação especial e inclusiva nas escolas do campo, indígenas e quilombolas Special and inclusive education in rural, indigenous and quilombola schools	64
	A produção camponesa e a agroecologia Peasant production and agroecology	64
	Educação Escolar Quilombola Quilombola School Education	48
	Educação Escolar Indígena Indigenous School Education	64
	<b>TOTAL: Optativas</b>	<b>240</b>

#### 10.4 Quadro Modular - Ementas

- Ciências Humanas e Sociais: Listagem do Fluxo da Habilitação
- TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS: O curso não terá tabela de equivalência, considerando que esta é a primeira oferta.
- LOTAÇÃO DAS DISCIPLINAS: Todas as disciplinas serão lotadas na FACED.
- EMENTÁRIO, REFERÊNCIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES.

##### 10.4.1 Núcleo de estudos básicos ou estruturantes

<b>MÓDULO 1</b>	<b>Educação do campo, Indígena e Quilombola: fundamentos filosóficos, sociológicos, históricos, políticos e econômicos</b>
-----------------	--



<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, POLÍTICA E ECONÔMICA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> O contexto histórico e os principais conceitos relacionados com a Educação do Campo em seus aspectos econômicos, históricos, políticos e econômicos. A Educação brasileira na colônia, no império, na primeira e segunda república. O processo de redemocratização no país. Período militar. Nova república. O momento histórico atual.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> ALMEIDA, José Ricardo Pires de. (1989). <b>História da instrução pública no Brasil</b> (1500-1889). São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989. NAGLE, Jorge <b>Educação e Sociedade na Primeira República</b> . São Paulo: DP&A, 2001. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. <b>História da Educação no Brasil</b> . Petrópolis: Vozes, 1995. SAVIANI, Dermeval. <b>História das ideias pedagógicas no Brasil</b> . 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação) SAVIANI, Dermeval. <b>Educação e questões da atualidade</b> . São Paulo: Livros do Tatu: Cortez, 1991. (Coleção Hoje e Amanhã)	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> JUNIOR, Souza, Justino. <b>A crise da escola</b> . Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014 FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. <b>História social da educação no Brasil (1926-1996)</b> . São Paulo: Cortez, 2009. MENEZES, Djacir. A Educação no Ceará. Repasse histórico-social (das origens a 1930). In: MARTINS FILHO, Antônio e GIRÃO, Raimundo. <b>O Ceará</b> . 3a.ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966. CALDART, Roseli. <b>Caminhos para a transformação da escola</b> . Vol. 1. Categoria Educação Etiquetas: Expressão Popular, Pedagogia do MST, 2019.	
<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NO CEARÁ</b>	<b>64CH</b>



**EMENTA:**

Os seres humanos e a vida no campo. Direitos Humanos. A questão agrária e ambiental no Brasil e no Ceará. Políticas públicas e o campo brasileiro: contradições. Os/as trabalhadores/as do campo, suas lutas e suas conquistas: sindicatos; movimentos sociais; pastorais sociais; organizações não governamentais e outros.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90)**. Brasília, 2008.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96)**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. 2019.

CIAVATTA, Maria. Os percursos de formação integrada entre a educação geral e a formação profissional. In.: CIAVATTA, Maria. **MST. Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária -Textos de Estudo**. São Paulo: MST, 2006. (Boletim de Educação n. 11).

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarisse Aparecida dos (Org.). **Caderno de Educação do Campo nº 07**. Por uma educação do campo: Campo – Políticas Públicas – Educação, INCRA/MDA, 2008.

**FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO****64 CH**

**EMENTA:** Teoria do Conhecimento: possibilidade do conhecimento (ceticismo, dogmatismo), origem do conhecimento (racionalismo e empirismo), essência do conhecimento (subjetivismo e objetivismo). Lógica formal e lógica dialética. O materialismo histórico-dialético. As grandes questões filosóficas: ontológica (ser), gnosiológica (saber), ética (agir). Filosofia e Filosofia da Educação. A Filosofia na formação do educador. Correntes filosóficas e educação: essencialismo, existencialismo, pragmatismo, positivismo, funcionalismo, dialética. Pedagogia da essência e da existência, concepção funcionalista, metafísica e dialética da educação.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR**

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática. 2000.



CORBISIER, Roland. **Introdução à Filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1987. GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978. GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal/Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa: Edições 70. 2017.

OLIVEIRA, Edmardo Serafim de, e outros. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Loyola. 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da Educação: construindo a cidadania**. São Paulo: EPU. 1994.

SARTRE, Jean Paul. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Abril Cultural. 1978. (Coleção Os Pensadores).

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez. 1979.

SNYDERS, Georges. **A alegria da escola**. São Paulo: Manole. 1988.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **A pedagogia e as grandes correntes filosóficas**. Lisboa: Horizonte. 1970.

VANNUCHI, Aldo. **Filosofia e Ciências Humanas**. São Paulo: Loyola. 2004.

## PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I

64CH EMENTA

A constituição da Psicologia como ciência. Abordagens e métodos de pesquisa em Psicologia. As relações entre psicologia, educação e a sociedade. Importância dos estudos e pesquisas em torno do desenvolvimento cognitivo, socioemocional, da aprendizagem e da motivação

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COOL, Cesar; PALÁCIO, Jesus. & MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia Evolutiva**. 2ªed. Porto Alegre: Artmed, vol. 1, 2004. GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a teoria das inteligências múltiplas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. PATTO, Maria Helena de Souza. **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986. TELES, Maria Luiza Silveira. **Uma introdução à psicologia da educação**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

VALLS, Enric. **Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DEL PRETTE, Almir; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. **Psicologia das Relações Interpessoais**: vivências para o trabalho em grupo. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos. São Paulo: Vozes, 1987.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

<b>SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> Sociologia, objeto e métodos, paradigmas clássicos. Leitura sociológica da educação: Educação e Sociedade. Reprodução e Transformação Social. Escola e Seletividade Social. Educação e Movimentos Sociais. Educação e Trabalho. A Educação na globalização neoliberal. Educação e Sociedade. Reprodução e Transformação Social	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:</b> FERNANDES, Florestan. <b>Educação e sociedade no Brasil</b> . São Paulo: Dominus, 1966. (Ciências sociais Dominus). FREIRE, Gilberto. <b>Casa grande &amp; senzala</b> : formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. PINTO, Álvaro Vieira. <b>Sete lições sobre educação de adultos</b> . 13 ed. São Paulo: Cortez, 2003. SAVIANI, Dermeval. Panorama histórico do processo de construção da pedagogia socialista no Brasil. In: CALDART, Roseli; VILLAS BÔAS, Rafael Litvin (org.). <b>Pedagogia socialista</b> : legado da revolução de 1917 e desafios atuais. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 103-125. SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica, educação e luta de classes: ensino público, Estado, partido e revolução. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. <b>Conhecimento escolar e luta de classes</b> : a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. p. 239-268.	
<b>PESQUISA EDUCACIONAL I – SEMINÁRIO DE PESQUISA</b>	<b>64CH</b>

**EMENTA:**

A pesquisa como registro e transformação da práxis. Formação do/a professor/a pesquisador/a. A produção do conhecimento (registro de experiência, métodos e técnicas de pesquisa). Redação acadêmico-científica (objetividade). Autoria do TCC (subjetividade). Trabalho de conclusão de curso: escolha e delimitação do tema; projeto de pesquisa ou de relato de experiência; artigo científico. Início do processo de construção do TCC, com orientação docente.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Paz e Terra, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Martins

Fontes, 2021.

NETO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método em Marx**. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2015.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

GROSSI, Mirian Pillar (Org.). **Trabalho de campo & subjetividade**. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Grupo de Estudos de Gênero & Subjetividade, 1992.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. ver. amp., São Paulo: Atlas, 1991

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

**LEITURAS E PRODUÇÕES TEXTUAIS****64CH****EMENTA:**

Prática de leitura e produção de parágrafos e de textos de diversos gêneros. Reflexão sobre as noções de adequação comunicativa, levando em conta as diferentes situações de interação verbal escrita.



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DISCINI, Norma. Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios. São Paulo: Contexto, 2007.

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARTINS, M.C., FROTA, P.R.O. Educação ambiental: a diversidade de um paradigma. Santa Catarina: Ediunesc, 2013.

VIANA, Antônio Carlos M. et al. Roteiro de redação: lendo e argumentando. São Paulo, Scipione

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KOCH, I. V. G.; TRAVAGLIA, L. C. (1989). Texto e coerência. São Paulo:

Cortez. ONG, W. (1998). Oralidade e cultura escrita. Campinas: Papyrus

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: contexto, 2006.

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.

**MÓDULO 2**

**Educação do campo: metodologia da pesquisa e trabalho no e do campo**

**AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPONESA**

**64CH**

**EMENTA:**

Crítica do conceito e sua região e regionalização. Dinâmica territorial do desenvolvimento agrário da agricultura familiar e análise histórica desse conceito. Regiões produtivas, redes territoriais e os mercados. Sistemas produtivos e tecnologias apropriadas. Desenvolvimento sustentável e agricultura familiar. A importância histórica e contemporânea da agricultura familiar e camponesa. Agricultura familiar, diversidade e identidades.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista Currículo Sem Fronteiras**, v.03, n.01, p. 11-27, 2003.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar**. Campinas, Ed. UNICAMP, 1993. SILVA, José Graziano. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. São Paulo: Ed. IEA/USP, 2001.

VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira. A relação trabalho e educação nas experiências do MST. In VENDRAMINI, Célia Regina; MACHADO, Ilma Ferreira (Org.). **Escola e movimentos sociais: experiências em curso no campo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARAÚJO, Ana Paula C. de. **Alternativas tecnológicas na agricultura de Nova Friburgo: um caminho para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1998. Dissertação de mestrado em Geografia.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. VEIGA, José Eli. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1991.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec, 1986.

NEVES, David Pereira. **Lavradores e pequenos produtores de cana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

**CURRÍCULOS E PROGRAMAS****64H****EMENTA:**

Teorias do currículo: tradicionais, críticas e pós-críticas. Diretrizes, parâmetros e referenciais curriculares no Brasil. Base Nacional Comum e Parte Diversificada. Currículo na educação do campo, indígena e quilombola.



**BIBLIOGRAFIA BASICA:**

DUARTE, Newton. “Um montão de amontoado de muita coisa escrita”. Sobre o alvo oculto dos ataques obscurantistas ao currículo escolar. *In*: MALANCHEN, Julia; DE MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020. p. 31-46.

DUARTE, Newton. O currículo em temas de obscurantismo beligerante. *In*: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. **Conhecimento escolar e luta de classes: a pedagogia histórico-crítica contra a barbárie**. Campinas, SP: Autores Associados, 2021. p. 87-102.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos: contribuição à teoria histórico-crítica do currículo**. Campinas: SP: Autores Associados, 2016. – (Coleção Educação Contemporânea)

MALANCHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica**. Ebook: Autores Associados, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 5.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea)



<b>POLÍTICA EDUCACIONAL</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> O Estado e suas formas de intervenção social. Política social no Estado capitalista. Política educacional como política social. Os condicionantes políticos, econômicos e sociais das reformas educacionais no contexto da globalização da economia e do ideário neoliberal. A reforma educacional brasileira pós 1990: os protagonistas; a tendência neoliberal e conservadora; as formas de financiamento; o significado da ênfase no currículo e na avaliação nacionais. Accountability.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARIGONI, Gilberto (org.) et al. <b>O negócio da educação</b> : aventuras na terra do capitalismo sem risco. São Paulo: Olho d'Água, 2017. p. 129-144. ANTUNES, Ricardo. <b>A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)</b> . 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. BEHRING, Elaine Rossetti. <b>Brasil em contra-reforma</b> : desestruturação e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. BOITO JR. Armando. <b>Estado, política e classes sociais</b> : ensaios teóricos e históricos. São Paulo: Editora Unesp, 2007. CUNHA, Luiz Antonio. <b>Educação, Estado e democracia no Brasil</b> . 6. ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ; Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2009. (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola; v. 17).	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> NEVES, Lúcia Ma. Wanderley. A Sociedade Civil como espaço estratégico de difusão da Nova Pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Ma. Wanderley. <b>A nova pedagogia da hegemonia</b> : estratégias do Capital para educar o consenso. Coletivo de Estudos de Política Educacional. Editora Xamã, 2015. (p. 85- 125).	
<b>PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II E OS SUJEITOS DO CAMPO</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> A Psicologia do desenvolvimento: conceito, método e teorias. O processo de desenvolvimento biopsicossocial nas diferentes fases da vida do indivíduo	





**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:** BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. **Psicologia do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes. **Psicologias: uma introdução ao Estudo de Psicologia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009. BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia da Educação: Cumplicidade Ideológica**. In:

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. & ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **Psicologia escolar: teorias e críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO E MÉTODO: CONTRIBUIÇÕES DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO</b>	<b>64CH</b>
<p><b>EMENTA:</b> Contribuições do materialismo histórico-dialético. A perspectiva marxiana e marxista e a educação do campo. Noções do materialismo histórico-dialético. Conceitos de movimento, contradição, desigualdade, cultura camponesa, educação popular. Posicionamento e orientação política na pesquisa em educação e classe trabalhadora camponesa.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> NETTO, José Paulo. <b>Introdução ao estudo do método de Marx</b>. São Paulo: Expressão Popular, 2011.</p> <p>KOPNIN, Pavel Vassílyevitch. <b>A dialética como lógica e teoria do conhecimento</b>. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.</p> <p>KOSIK, Karel. <b>Dialética do concreto</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.</p> <p>CURY, Carlos Roberto Jamil. <b>Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo</b>. 6. ed. São Paulo: Cortez-Autores Associados, 2013.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>NETTO, José Paulo. <b>De como não ler Marx ou o Marx de Souza Santos</b>. 2008. Disponível em: &lt; <a href="http://www.odiarrio.info/?p=871">http://www.odiarrio.info/?p=871</a> &gt; Acesso em: Mai. 2023.</p>	



TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto. A dialética materialista e a prática social. **Revista Movimento**, v.12, n.02, p. 121-142, 2006.

THALHEIMER, August. **Introdução ao materialismo dialético**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

<b>FUNDAMENTOS E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO, QUILOMBOLA E INDÍGENA</b>	<b>64CH</b>
<p><b>EMENTA:</b></p> <p>Histórico da Educação Popular e da Educação de Jovens e Adultos. Fundamentos teóricos, concepções e práticas. Políticas públicas da Educação de Jovens e Adultos: legislação e programas. Espaços de atuação na sociedade civil: movimentos sociais, ONGS e outros. Perspectivas e desafios atuais.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b></p> <p>BRANDÃO, Carlos Roberto. <b>Educação Popular</b>. Editora Brasiliense, 2a. edição.</p> <p>SALES, Ivandro. Educação popular: uma perspectiva, um modo de atuar. In: SCOCUGLIA, Afonso e MELO NETO, José Francisco. <b>Educação popular: outros caminhos</b>. João Pessoa: Editora. Universitária/UFPB, 1987.</p> <p>LEHER, Roberto. Educação Popular como estratégia política. In: LEHER, Roberto. <b>Educação e Movimentos sociais: novos olhares</b>. Campinas SP.</p>	
<p>Editora Alínea, 2007 SOUZA, João Francisco de. Educação popular e movimentos sociais no Brasil. IN CANÁRIO, Rui (org.). <b>Educação popular e movimentos sociais</b>. Coimbra: Educa, 2007, p.37-80.</p> <p>FREIRE, Paulo. <b>A pedagogia do Oprimido</b>. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido</b>. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003. PAIVA, Vanilda. 2ª. E 3ª. Parte. <b>Educação Popular e Educação de Adultos</b>. SP. Loiola, 1987.</p>	



PAIVA, Jane. Tramando concepções e sentidos para redizer o direito à educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. n.33, v.11, set/dez2006, p.519-539.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular**: em busca de alternativas - uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre: Tomo Editorial & Camp, 2001.

**MÓDULO 3****Educação do campo: movimentos sociais, legislação, políticas públicas e gestão****EDUCAÇÃO DO CAMPO: MOVIMENTOS SOCIAIS, LEGISLAÇÃO, ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO** **64CH****EMENTA:**

Os movimentos sociais de caráter popular; os marcos legais da educação do campo, indígenas e quilombolas; a organização das escolas do campo; educação do campo em movimento; Projeto Político-Pedagógico (PPP): a participação da comunidade educativa e escolar; a redação; a divulgação; a execução; o acompanhamento da execução (avaliação e replanejamento).

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

BRASIL. **Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 06 de outubro de 2023.

MALANCHEN, Julia. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica. Ebook: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Demerval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano**: novas aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. (Coleção educação contemporânea)

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos ~~movimentos sociais do campo~~. **Cadernos Cedes**, v.27, n.72, p.121-135, mai.ago. 2007.



<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO ESCOLAR</b>	<b>64CH</b>
<p><b>EMENTA:</b> Políticas públicas, gestão escolar compartilhada. Educação do campo e a tipologia das escolas. Educação do campo, as políticas públicas e a gestão de recursos. Infraestrutura das escolas do campo. Recursos didáticos e tecnológicos. Transporte e outros meios de apoio. Pronacampo. Gestão a serviço das ações político-pedagógicas. Gestão democrática de recursos humanos. Gestão e as relações com os movimentos sociais e com os órgãos centrais. Planejamento participativo: princípios norteadores; as reivindicações e a parceria da comunidade educativa e das famílias dos/as alunos/as; a participação da comunidade escolar; a elaboração do diagnóstico.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> ARROYO, Miguel. <b>Currículo, território em disputa</b>. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. BRASIL. <b>Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo</b>. Brasília/DF: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2002. BRASIL. <b>LDB Nº 9394/96</b>. Disponível em: <a href="https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm">https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm</a> BRASIL. <b>Resolução CNE/CEB n. 1, 3 abr. 2002</b>. Disponível em: <a href="http://www.mec.gov.br">http://www.mec.gov.br</a> Acesso em: 06 mar. 2012. SAVIANI, Nereide. <b>Saber Escolar, Currículo e Didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico</b>. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> BRASIL. <b>Decreto nº 7.352, de 4/11/2012</b>. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br">www.planalto.gov.br</a> Acesso em: 05/11. 2023 CALDART, Roseli Salete. <b>Educação em movimento</b>. formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.</p>	



CARDOSO, Mônica Aparecida Serafim. **O financiamento da educação básica brasileira**: rumos, regras e desafios à gestão municipal. Brasília: CNM, 2022.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Mudanças no financiamento da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1997.

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Planejamento participativo na escola**. São Paulo: EPU, 1986. 5). Poder Executivo.

<b>DIDÁTICA I: ESCOLAS DO CAMPO, PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS</b>	<b>64CH</b>
<p><b>EMENTA:</b> Escolas do campo, planejamento educacional, práticas político-pedagógicas. Educação do campo e o compromisso com o ambiente: o universo, as diferentes espécies de vida e o equilíbrio necessário. Princípios político-pedagógicos da/na educação do campo: a intencionalidade da atuação docente. O diálogo com os conhecimentos e as tecnologias do campo. As diferentes linguagens, a arte e as tecnologias. Os diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento escolar (ações integradas). As múltiplas linguagens (literatura, sociolinguística, leitura, escrita, teatro, música, artes visuais, dança e outras). Mística.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> CALDART, Roseli Salete (Org.) <b>Caminhos para transformação da escola</b>: reflexões desde práticas da LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC. São Paulo: Expressão Popular, 2011. CANDAU, Vera Maria et al. <b>Didática, currículo e saberes escolares</b>. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2001. 3) FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da autonomia</b>: saberes necessários à prática educativa. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.</p>	

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). **Afirmando diferenças**: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2005. AGUIAR, Carmen Maria Aguiar. **Educação, cultura e criança**. Campinas: Papyrus, 1994.

ANTONIO, C.A.; OSBI, R.C.S. O currículo das escolas do campo: reflexões sobre experiências com temas geradores. In: ANTONIO, C.A. et al. (Org.). **Identidade profissional, conhecimento e práticas educativas**. Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004. p. 138-148.

ARROYO, Miguel. Gonzalez. Escolas cidadania e participação no campo. **Em Aberto**. Brasília: nº 9, Set, 1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

**A QUESTÃO AGRÁRIA****64CH****EMENTA:**

Os processos socioeconômicos e as transformações na estrutura social agrária. Estrutura fundiária, reforma agrária e assentamentos. A modernização conservadora. A expulsão e expropriação camponesa. Os movimentos sociais do campo. O complexo rural e o complexo agroindustrial.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERNANDES, Bernardo Maçano. (org.). **Campeinato e agronegócio na América Latina: A Questão Agrária Atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

IANNI, Octávio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2004.

RANGEL, Ignácio. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRSG, 2000.



<b>EXPANSÃO CAPITALISTA NO CAMPO</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> O processo de modernização da agropecuária brasileira e mundial. As relações de trabalho. Fatores de produção e estrutura agrária. Sistemas produtivos. Produção agropecuária e agroindustrial. Comercialização e mercado. Agronegócio. Agricultura familiar e estratégias de produção. O rural contemporâneo. O rural e suas relações com o urbano. As redes e as fronteiras agrícolas. Ruralidades e globalização.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> CARVALHO, Horacio Martins de. <b>O Camponato contemporâneo como modo de produção e como classe social</b> . 2012, Curitiba – PR, Disponível em: < <a href="http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/doc_view/126-campesinatocontemporaneo-como-modo-de-producao-e-como-classe-social">http://www.mcpbrasil.org.br/biblioteca/doc_view/126-campesinatocontemporaneo-como-modo-de-producao-e-como-classe-social</a> > Último acesso:	
Mai. 2023	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> HOMEM de MELO, Fernando Bento. <b>O problema alimentar no Brasil: a importância dos desequilíbrios tecnológicos</b> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. Brasília: <b>Revista Planejamento e Políticas Públicas</b> , v. 1, n.1; p. 3-43; 1990. MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo. <b>Os impactos sociais da modernização agrícola</b> . São Paulo: Caetés, 1987. MARTINS, José S. (org.). <b>Introdução crítica à sociologia rural</b> . São Paulo: Hucitec, 1981. RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Fortaleza: <b>Revista da ANPEGE</b> , n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.	
<b>PESQUISA EDUCACIONAL II – DESENVOLVENDO O TCC</b>	<b>64CH</b>



**EMENTA:**

Continuação dos estudos e realização da pesquisa. Sistematização dos dados. Elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão do Curso.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual da Monografia: como se faz uma monografia, uma dissertação, uma tese.** São Paulo: Saraiva, 2000.

PEREIRA, Júlio César Rodrigues. **Análise de dados quantitativos.** 3 ed., São Paulo, EDUSP, 2000.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia da pesquisa, do planejamento à execução.** São Paulo: Pioneira, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** 7ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LAKATOS, Eva Leme; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 20ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

**MÓDULO 4**

**Educação do campo: concepções, planejamento e práticas político-pedagógicas.**





ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	64CH
<p><b>EMENTA:</b> As linguagens no processo de comunicação humana, de alfabetização e de letramento. Estágios de aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita. Tipos de leitura e seus objetivos. Atividades para o desenvolvimento da oralidade e da leitura. Conteúdos e métodos do ensino da língua portuguesa nas séries/ciclos iniciais do ensino fundamental. O ensino da gramática e ortografia na escola de ensino fundamental e médio. A produção escrita no ensino fundamental e médio. Ensino da redação.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> LURIA, Alexander Romanovish. <b>Desenvolvimento Cognitivo:</b> seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone, 2010. MARTINS, Lígia Márcia. <b>O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar</b> – contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2013 VIGOTSKI, Lev Semenovich.; LURIA, Alexander Romanovich.; LEONTIEV, Alex. <b>Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.</b> 4. ed. São Paulo: Ícone, 2010.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> KLEIMAN, Ângela. <b>Oficina de leitura:</b> teoria e prática. Campinas-SP: Pontes/Ed. da UNICAMP, 2012. MORAIS, Artur Gomes de (org.). <b>O aprendizado da Ortografia.</b> Belo Horizonte: Autêntica, 2007</p>	

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO SUSTENTÁVEL	64CH
<p><b>EMENTA:</b> Histórico da agricultura e formação agrária brasileira. Princípios e conceitos de Agroecologia. Tipos de agricultura alternativa. Agricultura camponesa e agroecologia. Noções de Desenvolvimento Rural Sustentável. Agroecologia, questão ambiental e alimentar. Educação em agroecologia.</p>	

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

RIBEIRO, Dionara Soares. et al. (Orgs). **Agroecologia na Educação Básica: Questões Propositivas de Conteúdo e Metodologia**, 2ª ed. Expressão Popular, 2017.

COSTABEBER, J. A & CAPORAL, F. R., Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, H. (Org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no MERCOSUL**, Santa Maria: [s.n.], 2003. p.157–194.

COSTA, M. B. B. da, **Agroecologia no Brasil – história, princípios e práticas**, 1ª ed. Expressão Popular, 2017.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

SCHMIDT, Wilson. Educação do campo: **agroecologia [e] campesinato**: três ângulos, três lados, mas não um triângulo. Florianópolis: NEA EduCampo/UFSC, 2018.

CALDART, Roseli Salete (org.). **Caminhos para transformação da escola 4: trabalho, agroecologia e estudo nas escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ROSSET, Peter; ALTIERI, Miguel. **Agroecología ciencia y política**. Riobamba, Ecuador: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología – SOCLA, 2018.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A Dialética da Agroecologia**: Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS****64CH****EMENTA:**

Noções históricas da inclusão de surdos na sociedade brasileira. Noções básicas da Língua brasileira de sinais. Possibilidades de comunicação. Estudo e prática da língua brasileira de sinais (LIBRAS). Inclusão da pessoa surda no contexto escolar. Libras como a segunda língua oficial do Brasil.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. São Paulo: Loyola, 1999. BOTELHO, C. **Segredos e silêncios na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

QUILES, R. E. S. **Estudo de libras**: disciplina. Campo Grande: Editora da UFMS, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CICCONE, M. **Comunicação total**: introdução, estratégia, a pessoa surda. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. **Libras em contexto**: Curso Básico: Livro do Professor. 4. ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

QUADROS, R. M.; KARNOPP L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC, 2008.

VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena (org.). **Mãos fazendo história**. Niterói: Rio de Janeiro: Arara Azul, 2008.

**DIDÁTICA II: ESCOLAS DO CAMPO, PLANEJAMENTO EDUCACIONAL, PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS****64CH****EMENTA:**

O currículo da/na educação do campo: expressões culturais, estéticas do campo. Os gêneros digitais e as novas tecnologias de ensino. Planejamento educacional participativo e compartilhado com a comunidade. Planejamento políticopedagógico e suas interfaces com o Projeto Político-Pedagógico. Princípios norteadores e intencionalidade do ato pedagógico. Planejamento anual. Planejamento diário. Acompanhamento e avaliação do processo ensino e aprendizagem.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CALDART, Roseli Salette (Org.) **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CANDAU, Vera Maria et al. **Didática, currículo e saberes escolares.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (Orgs.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola.** Campinas, SP: Papyrus, 2005. AGUIAR, Carmen Maria Aguiar. **Educação, cultura e criança.** Campinas: Papyrus, 1994.

ANTONIO, C.A.; OSBI, R.C.S. O currículo das escolas do campo: reflexões sobre experiências com temas geradores. In: ANTONIO, C.A. et al. (Org.). **Identidade profissional, conhecimento e práticas educativas.** Francisco Beltrão, PR: UNIOESTE, 2004. p. 138-148.

ARROYO, Miguel. Gonzalez. Escolas cidadania e participação no campo. Brasília: **Em Aberto**, nº 9, Set, 1992.

FREIRE, Paulo. **Conscientização.** São Paulo: Moraes, 1980.

**ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DO CAMPO INDÍGENAS E QUILOMBOLAS****64CH****EMENTA:**

Fundamentos da organização do trabalho pedagógico. Crítica à organização do trabalho pedagógico na escola capitalista. Elementos estruturantes do trabalho pedagógico nas experiências históricas de escolas do campo: Pedagogia da Alternância, Pedagogia do Oprimido, Pedagogia Socialista e Pedagogia do Movimento. Possibilidades pedagógicas para a escola multisseriada. A prática da organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo, indígenas e quilombolas

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FREITAS, Luís Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas: Papyrus, 1995.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis/RJ, Vozes, Paris, AIMFR (Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural), 2007

SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert; FREITAS, Luiz Carlos de; CALDART, Saete Roseli (orgs.). **Caminhos para transformação da escola: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo - ensaio sobre complexos de estudo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SAVIANI, Dermeval: **Pedagogia Histórico- Crítica**: Ed. Autores Associados: 2018.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARES:**

VENDRAMINI, Célia Regina; AUED, Bernadete Wrublevski (orgs.). **Temas e problemas no ensino em escolas do campo**. São Paulo, Outras Expressões, 2012.

VINCENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. **Sobre a história e a teoria da forma escolar**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001.

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. **Escola de Direito: ressignificando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

**PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS ESTÁGIO I: ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL 120CH**

**EMENTA:** Conhecimento da realidade educativa escolar do sistema público de ensino. Planejamento: elaboração, execução e avaliação. Gestão da sala de aula em espaços escolares e não-escolares nos anos finais do ensino fundamental em escolas do campo, indígenas ou quilombolas, no sistema regular de ensino. Observação (olhar, ouvir e sentir as pessoas que residem nos arredores das escolas do campo: O que fazem? O que não fazem? Como? Para que? Para quem? O que sabem?). Registro em caderno de campo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

HARPER, Babette e outros. **Cuidado escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AGUIAR, Carmen Maria Aguiar. **Educação, cultura e criança**. Campinas: Papyrus 1994.

AGUIAR, Carmen Maria Aguiar. **Educação, natureza e cultura**: um modo de ensinar. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 206 p. 3)

ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**: o herói sem nenhum caráter. 30. ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1997.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; OLIVEIRA, Eloísa Raquel de; MESSINA, Virgínia da Silva. **Deixando marcas... a prática do registro no cotidiano da Educação Infantil**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

#### **10.4.2 Núcleo de estudos específicos: ciências humanas e sociais**

<b>MÓDULO 5</b>	<b>Sociedade e história</b>
-----------------	-----------------------------

<b>HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E DO BRASIL</b>	<b>64CH</b>
---	-------------

**EMENTA:**

Processos históricos de formação e territorialização do modo de produção capitalista no mundo e no Brasil

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

HARVEY, David. **Espaços da esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1960.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARRIGUI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

DAWBOR, Ladislau. **A formação do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1988.

DUBY, George. **História da vida privada: da Europa Feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

**GEOPOLÍTICA E GEOGRAFIA AGRÁRIA****64CH****EMENTA:**

A Geopolítica mundial; diferentes concepções de Geografia Agrária; Agricultura e relação homem-natureza ao longo da história; A questão agrária e o capitalismo; Agricultura, ocupação e transformação do espaço brasileiro; Os movimentos sociais rurais e a reforma agrária no Brasil e no mundo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MARQUES, M. I. M; FERNANDES, B. M; SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular. 2014.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, Hucitec/ANPOCS/ Editora da UNICAMP, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1996.



**REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:**

MELO, Fernando Homem de. **A política econômica e a pequena produção agrícola**, in Estudos Econômicos, 12 (3); dez, São Paulo, FIEPE/USP, 1982.

NAKANO, Yoshiaki. A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura. São Paulo: **Economia e Política**, v. 1, n. 3, jul-set, 1981.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Proposta Editorial, 1980.

LEITE, Sérgio et all. (orgs.) **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

**DIFERENÇAS CULTURAIS E IDENTIDADES**

**64CH**

**EMENTA:**

Conceitos de cultura. Diferenças, identidade e alteridade. Identidades no rural brasileiro. Diferenças culturais e suas implicações no processo de conhecimento

e significação do mundo. Diferenças étnicas, sexuais e de gênero.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socio territoriais e movimentos socioespaciais. **Revista NERA**, número 6, 2005.

ALENTEJANO, FRIGOTO, Paulo Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FARLANE, A. **A Cultura do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

MORIN, Edgar. **Cultura de massa no século XX: neurose**. (V.1) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.





ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu (org.) **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<b>TEORIAS DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> A configuração teórica dos domínios historiográficos: positivismo, marxismo, a Escola dos Annales, a Micro-História; os marxistas ingleses; A historiografia alemã e a historiografia brasileira. Produção historiográfica atual.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> BURKE, Peter. <b>A escrita da história</b> . São Paulo: UNESP, 1992. CARDOSO, Ciro Flamarion. Crítica de duas questões relativas ao anti-realismo epistemológico contemporâneo. <b>Revista Diálogos</b> , UEM. v. 2, 1998, p. 47-64. HOBSBAWM, Eric. <b>Sobre história</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.) <b>Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia</b> . Rio de Janeiro: Campus, 1997. GINZBURG, Carlo. <b>A micro-história e outros ensaios</b> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1997. HOBSBAWN, Eric. <b>A era dos extremos: o breve século XX</b> . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HUNT, Lynn (Org.). <b>A nova história cultural</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1992. LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (Org.) <b>História: novos objetos; novos problemas; novas abordagens</b> . Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. 3.v.	
<b>DESENVOLVIMENTO LOCAL, AGROECOLOGIA</b>	<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA E 64CH</b>

**EMENTA:**

Sociedades cooperativas, Agricultura familiar e economia solidária. Os princípios do cooperativismo: continuidade e sentidos contemporâneos. As cooperativas no Brasil e suas transformações. Sociedade local e desenvolvimento territorial. A Agroecologia

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

NOVAES, Henrique; MAZIN, Diogo; SANTOS, Laís; (Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CASSIOLATO, José; LASTRES, Helena Maria Martins. **Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CATTANI, Antônio David (Org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz. 2003.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ÁVILA, Vicente Fideles et al. **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.

IRELAND, Timothy. IRELAND, Vera Esther J. da Costa. MACHADO, Maria Margarida. Os desafios da Educação de Jovens e Adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In KRUPPA, Sonia M. Portella (org). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.

SANTOS, Fabiana; CROCCO, Marco; LEMOS, Mauro B. Arranjos e sistemas produtivos locais em espaços industriais periféricos. **Revista economia contemporânea**, v. 6, n. 2, p. 119146, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

**SOCIOLOGIA AGRÁRIA****64CH****EMENTA:**

A dicotomia campo x cidade. O mundo rural e a industrialização capitalista. A América Latina no contexto das lutas camponesas. A formação do campesinato no Brasil. Movimentos Sociais do Campo e Reforma Agrária. Os sujeitos do campo: culturas e identidades.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 10. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

**PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS ESTÁGIO II: ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL** 120CH

**EMENTA:** Conhecimento da realidade educativa escolar do sistema público de ensino. Planejamento: elaboração, execução e avaliação. Gestão da sala de aula em espaços escolares e não-escolares, nos anos finais do ensino fundamental em escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Observação. Experiências vividas no cotidiano das escolas e das comunidades do campo focalizando o planejamento, os registros e a avaliação para assegurar a atuação pensada e reflexiva com balizamento na pergunta: Quais os saberes necessários para um/a professor/a atuar na educação básica do campo? Registro em caderno de campo. Construção coletiva das memórias das experiências vividas.



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** AGUIAR, Carmen Maria Aguiar. **Educação, cultura e criança**. Campinas: Papyrus, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEMBO, John M. **Por que falham os professores**. São Paulo: EPU, 1975.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto. (orgs.). **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

BARTHES, Roland. **Aula. 12**. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GATTI, Bernadete. **Formação de professores e carreira**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011.

**MÓDULO 6**

**Território: espaço de poder**

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE**

**48CH**

**EMENTA:**

O conceito de território. As relações de poder e a organização do espaço rural, urbano e regional. As redes territoriais materiais e simbólicas. Territórios alternativos. Multiterritorialidades

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FERNANDES, Bernardo M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Saverio. (org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria LAura (orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. 5.ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

**ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS****64CH****EMENTA:**

O papel do Estado na formação das sociedades. A cultura política. Os partidos políticos e as relações de poder. Estado e classes sociais. Políticas públicas e a organização território

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas: Papirus, 2005.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. Dívidas soberanas: limites do receituário keynesiano para uma crise estrutural. **Crítica e Sociedade**: Revista de Cultura Política, dez. 2011, pp. 56-72.



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DAHL, Robert A. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1997.

MARSHALL, Thomas. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

PRADO JR., Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense: 1972.

LEHER, Roberto; MOTTA, Vânia. Intelectuais Coletivos de Classe. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

**ENSINO DE HISTÓRIA**

**64CH**

**EMENTA:**

Abordagem acerca do uso dos conjuntos de fontes que podem e devem ser empregados para a pesquisa e o ensino da História. Correntes metodológicas para o ensino de História. Elaboração de um plano de ensino para as séries finais do Ensino Fundamental e ensino Médio.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2003. MUNANGA, Kabenguele (Org.) **Superando o Racismo na Escola**. Brasília: MEC/SecadI, 2008.

PINSKY, Jaime (Org). **O ensino de história e a criação do fato**. 10ª edição. São Paulo: Contexto, 2002

**BILIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M; MAGALHÃES, Marcelo (Orgs.). **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: FAPERJ; Mauad X, 2007

OLIVEIRA, Denis. **Racismo Estrutural**. Ed. Dandara, São Paulo: 2021.



ENSINO DE GEOGRAFIA	64CH
<b>EMENTA:</b> Conceito e objeto da ciência geográfica. Geografia e conhecimento- A Geografia na BNCC. Proposições teórico-metodológicas no ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e os conteúdos. Elaboração de um plano de ensino para as séries finais do Ensino Fundamental e ensino Médio.	
<b>BILBIOGRAFIA BÁSICA:</b> CARLOS. Ana Fani (Org). <b>A Geografia na sala de aula</b> . São Paulo: Contexto, 1999. COUTO, Mia. <b>Cada Homem é uma Raça</b> . São Paulo: Cia Das Letras, 2013. DARDIEL, Eric. <b>O Homem e a Terra: Natureza da Realidade Geográfica</b> . São Paulo; Perspectiva, 2011. RECLUS, Élisée. <b>Escritos sobre Educação e Geografia</b> . São Paulo: Terra Livre, 2014.	
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b> CAVALCANTI, Lana de Souza. <b>Geografia e práticas de ensino</b> . Goiânia: Alternativa, 2005. KIMURA. Shoko. <b>Geografia no Ensino Básico: Questões e Propostas</b> . São Paulo: Contento, 2014.	

ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS	64CH
<b>EMENTA:</b> Fundamentos Teóricos da Metodologia de Ensino de Ciências Sociais nas escolas de ensino fundamental e médio Elaboração de um plano de ensino para as séries finais do Ensino Fundamental e ensino Médio	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> BRASIL. <b>Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</b> . Ministério da Educação (MEC). Brasília, DF, 2017. CANDAU, Maria, et al. <b>Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos</b> . Rio de Janeiro, Vozes, 1995.	

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARROYO, Miguel G. Ciclos de desenvolvimento humano e Formação de Educadores. **Educação & Sociedade**, ano XX, n. 68, Dezembro/99, Campinas: Cedes.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo. Brasília: MEC, 2002.

PAGNONCELI, Claudia, MALANCHEN, Julia, MATOS, Neide da S. **O Trabalho Pedagógico nas Disciplinas Escolares: Contribuições a Partir dos Fundamentos da Pedagogia Histórico-crítica**. Armazém do Ipe. São Paulo: 2016.

FREITAS, L. C. de. **Ciclos, seriação e avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

**BILBIOGRAFIA COMPLEMENTA:**

ARRUDA, Marcos; FRIGOTTO, Gaudencio; ARROYO, Miguel G.; MINAYO GOMEZ, Carlos. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2016.

**BILBIOGRAFIA COMPLEMENTA:**

ANALISE E DADOS, ONGS, Estado e cidadania. Salvador: **SEI**, V.7, n.4, Março, 1998.

CARNEIRO, M. L. Fucci. **O Racismo na História do Brasil**. São Paulo, Ática, 1998.

BERNAD, Zila. **Racismo e Anti-Racismo**. Coleção Polêmica. São Paulo, Moderna, 1994

**PRÁTICAS DE ENSINO****32CH****EMENTA:**

Serão estudadas, discutidas e colocadas em práticas alternativas metodológicas para o Ensino de Educação do campo nas séries finais do ensino fundamental e no Ensino Médio (propedêutico e técnico-profissionalizante). Planos de ensino e aula: elaboração, implementação simulada e avaliação de planos de aula.





<b>PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS ESTÁGIO III: ENSINO MÉDIO E OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO</b>	<b>80CH</b>
<p><b>EMENTA:</b> Conhecimento da realidade educativa escolar do sistema público de ensino. Planejamento: elaboração, execução e avaliação. Gestão da sala de aula em espaços escolares e não-escolares e em escolas do ensino médio ou de educação profissional de nível médio.</p> <p>Observação. Experiências vividas no cotidiano das escolas e das comunidades do campo. Mística e escola. Registro em caderno de campo. Construção coletiva das memórias das experiências vividas.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> FREIRE, Paulo. <b>Pedagogia da indignação:</b> cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo/ Editora UNESP, 2000.</p> <p>MOLINA, Mônica Castagna (org.). <b>Educação do campo e pesquisa:</b> questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006.</p> <p>MARTINS, José de Souza. <b>A política do Brasil:</b> lúmpen e místico. São Paulo: contexto, 2011.</p>	
<p><b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b></p> <p>CALDART, Roseli Salette (Org.). <b>Dicionário da Educação do Campo.</b> Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.</p> <p>CHAMORRO, Graciela. Arete: as festas ou o tempo verdadeiro dos Guarani. <b>Cadernos do COMIN</b>, n. 5, 37 p. abr. 1996. HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). <b>A invenção das tradições.</b> 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.</p> <p>PEIRANO, Mariza. <b>Rituais ontem e hoje.</b> Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.</p> <p>SACRISTÁN, J. G. <b>Educar e conviver na cultura global.</b> Porto Alegre: Artmed, 2002.</p>	

#### 10.4.3 Núcleo de Atividades: Educação do campo do Ceará Unidade Curricular Especial da Extensão

<b>MÓDULO 7</b>	<b>Educação do campo, indígenas e quilombolas: trabalho, educação e místicas</b>
-----------------	--



<b>ATIVIDADES DE EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS VIVIDAS COM O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A PRODUÇÃO DO CAMPO</b>	<b>96CH</b>
<b>EMENTA:</b> A análise da relação entre trabalho e a educação, em sentido amplo. O paradoxo do trabalho como realização do ser humano e como fonte de alienação. As relações entre políticas econômicas e as formas de organização administrativa e políticas e respectivas visões de trabalho, educação e escola.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:</b> ANTUNES, Ricardo e ALVES, Giovane. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. <b>Educ. Soc.</b> , Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335351, maio/ago. 2004 Disponível em <a href="http://www.cedes.unicamp.br">http://www.cedes.unicamp.br</a> FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Florianópolis: <b>Perspectiva</b> , v.19, n.1, p.71-87, jan./jun. 2001 MARX, Karl. <b>Manuscritos Econômicos Filosóficos</b> . São Paulo: Martin Claret, 2005. SAVIANI, Demerval. (orgs.). <b>Capitalismo, trabalho e educação</b> . Campinas: HISTEDBR, 2005. SAVIANI, Demerval. <b>Trabalho e educação</b> : fundamentos ontológicos e históricos. In: Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34	

<b>ATIVIDADES DE EXTENSÃO: PESQUISA - INVENTÁRIO DA REALIDADE</b>	<b>96CH</b>
<b>EMENTA:</b> Inventário como uma ferramenta para levantamento e registro organizado de aspectos materiais ou imateriais de uma determinada realidade. Levantamentos quantitativos e ou qualitativos.	
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b> CALDART, R. S. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. <b>Trabalho, Educação e Saúde</b> , Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. CALDART, R. S. et al. <b>Inventário da Realidade</b> : guia metodológico para uso nas escolas do campo. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2016 HAMMEL, A. C.; FARIAS, M. I.; SAPELLI, M. L. S. Complexos de Estudo – do inventário ao Plano de Estudos. In: SAPELLI, M. L. S.; FREITAS, L. C.;	



CALDART, R. (org.). **Caminhos para transformação da escola**: organização do trabalho pedagógico nas escolas do campo. Ensaios sobre complexos de estudo. São Paulo: Expressão Popular, 2015

**ATIVIDADES DE EXTENSÃO: SEMINÁRIOS NAS COMUNIDADES LOCAIS** 64CH

**EMENTA:** Seminários nas comunidades para socialização do inventário da realidade

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:**

CALDART, R. S. et al. **Inventário da Realidade**: guia metodológico para uso nas escolas do campo. Veranópolis: Instituto de Educação Josué de Castro, 2016  
PAIÃO, C. A.; SACHS, L. Escola Itinerante “Maria Aparecida Rosignol Franciosi”: a história de uma outra escola. **Revista de História da Educação Matemática**, ano 5, n. 2, p. 41-65, 2019.

SEVERINO, A. J. **Diretrizes para elaboração de um seminário**. Metodologia do trabalho científico. 19. ed. São Paulo: Cortês, 1993.

**ATIVIDADES DE EXTENSÃO: INTERVENÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE** 84CH

**EMENTA:**

Intervenção Social Projetos de intervenção social na Comunidade

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR:** ANTUNES, C. **Um método para o Ensino Fundamental**: o projeto. Petrópolis: Vozes. 2001.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escala da participação cidadã. Participe – **Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação**, Porto Alegre: Núcleo, jan, n. 2, 2002

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Décio Oliveira dos; SANTOS, Josineide B. dos. Os projetos pedagógicos como recurso de ensino. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 40, 20 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/40/os-projetospedagogicoscomo-recurso-de-ensino>



<b>MÓDULO 8</b>	<b>A educação em movimento: trabalho e educação</b>
-----------------	---

<b>PRÁTICAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS ESTÁGIO IV: ENSINO MÉDIO E OU EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO</b>	<b>80CH</b>
---	-------------

**EMENDA:** Conhecimento da realidade educativa escolar do sistema público de ensino. Planejamento: elaboração, execução e avaliação. Gestão da sala de aula em espaços escolares e não-escolares e em escolas do ensino médio ou de educação profissional de nível médio.

Observação. Experiências vividas no cotidiano das escolas e das comunidades do campo. Mística e escola. Registro em caderno de campo. Construção coletiva das memórias das experiências vividas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia profana**: danças, piruetas e máscaras. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CHAUÍ, Marilena de Souza. **500 anos** – Caminhos da memória, trilhas do futuro. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Índios no Brasil. (org.) 3. ed. São Paulo: Graal, 2000. p. 11-12.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. (org.) **Os desafios contemporâneos da história oral**: 1996. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira (orgs.). **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas, SP: Papirus, 1998. FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo: Hucitec, 1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	<b>98CH</b>
----------------------------------	-------------

**EMENTA:**

Seminários locais. Mística. Intervenção social na comunidade. Os espaços e os tempos da pesquisa. Projeto de Pesquisa. Apresentação oral dos TCCs, na etapa em que cada estudo se encontra. Roda de conversa com orientação coletiva e compartilhada, 30% (28 horas) da carga horária pode ser cumprida com atividades de organização dos seminários de qualificação e o restante com participação na apresentação de TCC's de outros estudantes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998. TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo, 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1976.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**, ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

MAKARENKO, Anton S. **Poema Pedagógico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

Além dessas podem ser utilizadas as obras citadas nas disciplinas e outras específicas, de acordo com as temáticas pesquisadas e a indicação dos/as professores/as orientadores/as.

<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) E SEMINÁRIO DE CONCLUSÃO</b>	<b>64CH</b>
<b>EMENTA:</b> Elaboração de trabalho científico, sistematizado de natureza teórica, com temas de interesses dos estudantes e de relevância social, articulando temáticas e enfoques teóricos e metodológicos pertinentes ao curso, desenvolvido de acordo com as normas acadêmicas.	



**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Florestan (org.). **Marx e Engels**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1989.

KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20 ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KÖCHE, José C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LAKATOS, Eva Leme; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. 2 ed. São Paulo. Atlas, 1991.

**MÓDULO 9** Disciplinas optativas

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NAS ESCOLAS DO CAMPO, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS**

64CH

**EMENTA:**

Histórico da Educação Especial. Legislação e Políticas Públicas. Integração e participação social. A Educação Especial nas escolas do campo, indígenas e quilombolas. Necessidades educacionais especiais e a intervenção pedagógica.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:** CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Belo Horizonte: Mediação, 2004.

EYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2003.



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo Monçano. **A educação básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. (Coleção por uma Educação Básica do Campo, v. 2).

GONZÁLES, Eugenio (Org). **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão escolar: o que é? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PADILHA, Ana Maria. **Práticas pedagógicas na educação especial.** Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

**A PRODUÇÃO CAMPONESA E A AGROECOLOGIA**

**64CH**

**EMENTA:**

Debate teórico sobre campesinato e agroecologia. A permanência e a viabilidade da agricultura familiar e camponesa. O papel do campesinato no sistema agroalimentar atual. Movimentos sociais do campo. Soberania alimentar.

Políticas para a Agricultura familiar e Agroecologia.

**BIBLIOGRAFIA BASICA:** ALTIERI, M. A. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Ed. UFRGS. Porto Alegre. 2001.

BOEF, Walter Simon de; TRIJSSEN, Marja Helen; OGLIARI, Juliana Bernardi; et. al. **Biodiversidade e Agricultores:** fortalecendo o manejo comunitário. Porto alegre – RS. L & PM, 2007.

PAULUS, G. MULLER, A. M. **Agroecologia aplicada:** práticas e métodos para uma agricultura de base ecológica. Porto Alegre. Emater. 2001.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AQUINO, Adriana Maria de; Assis, Renato Linhares de. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília – DF: Embrapa, Informações

Tecnológicas, 2005.

CARON, Patrik & SABOURIN, Eric. **Camponeses do Sertão**: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Embrapa Informação e Tecnológica, Brasília – DF, 2003.

KUSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Férre; MELCHERS, Igor. **Tecnologias Apropriadas para as Terras Secas**: Manejo sustentável de recursos naturais em regiões semiáridas no Nordeste do Brasil. Fortaleza. Fundação Konrad Adenauer, GTZ. 2006.

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA****48CH****EMENTA:**

A formação dos quilombos no Brasil, os saberes e as tecnologias no processo de construção das Liberdades. Osgrîos e a cosmogonia africana no processo de ensino- aprendizagem. A educação escolar, a Lei 10.639/03, o Parecer CNE/CEB de 2012, a Resolução CNE/CEB de 08/2012

**BIBLIOGRAFIA BASICA:**

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define diretrizes curriculares nacionais para educação escolar quilombola na educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 nov. 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e Quilombos: **Uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015 (Coleção Agenda Brasileira).

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr, 2012.



**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: CASTRO, E.; HEBETE, J. (Orgs.). Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia. **Cadernos NAEA**, Belém: UFPA, n. 10, p. 163-196, 1989

BRASIL. **CNE/CEB Resolução nº 1 de 17 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

**EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA****64CH****EMENTA:**

Educação Escolar Indígena, políticas públicas e o Estado Brasileiro. Política Educacional Indígena. O indígena e o direito à educação escolar

**BIBLIOGRAFIA BASICA:**

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Imagens Contraditórias e Fragmentadas: sobre o Lugar dos índios nos Livros Didáticos**. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/510/52>. Acesso 05 de nov de 2023.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

D'ADESKY, Jacques; BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto. **Racismo, Preconceito e Intolerância**. São Paulo: Atual, 2002

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade LACED / Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersem; BANIWA, Gersen. **Educação escolar indígena: avanços, limites e novas perspectivas**. Goiânia: ANPED, 2013

**11. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**



### 11.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio constitui componente curricular obrigatório do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC e será desenvolvido com base nas Normas Específicas do Curso, aprovadas pelo Colegiado do Curso, em conformidade com a Resolução nº 684-CONSEPE, de 07 de maio de 2009 e a Lei do Estágio nº Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

O Estágio é componente prático, destinado ao exercício profissional a ser desenvolvido nas escolas do campo, de forma a possibilitar ao aluno a vivência de contextos e situações reais da docência nas escolas do campo, que ofertam as séries finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio regular, Ensino Médio integrado à educação profissional de nível técnico ou a educação profissional de nível técnico.

O Estágio Curricular Supervisionado está estruturado a partir do 4º módulo e as áreas de formação, Núcleo de Estudos Básicos e das áreas de conhecimento são responsáveis pelo planejamento desta atividade que deve ser planejada e desenvolvida pelo conjunto das disciplinas, ao longo do percurso formativo.

O estágio será realizado em escolas do campo, indígenas ou quilombolas, da rede pública de ensino fundamental ou médio, de forma a possibilitar a vivência da realidade escolar, a participação em instâncias colegiadas, a articulação entre teoria e prática e envolvimento nas atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação, objetivando contribuir com melhorias no curso e na rede.

O estágio deve iniciar no segundo ano do Curso e terá carga horária total de 400 horas, dividido em quatro componentes:

DISCIPLINAS/ ATIVIDADES	TU	TC	TEC
Práticas Político-Pedagógicas - Estágio I: anos finais do ensino fundamental	0	0	120



Práticas Político-Pedagógicas - Estágio II: anos finais do ensino fundamental	0	0	120
Práticas Político-Pedagógicas - Estágio III: ensino médio e ou educação profissional de nível médio	0	0	80
Práticas Político-Pedagógicas - Estágio IV: ensino médio e ou educação profissional de nível médio	0	0	80
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL ESTÁGIO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>400</b>

TU – Tempo-Universidade; TC- Tempo Comunidade- TEC – Tempo Escola-  
Comunidade

As áreas de conhecimento, objeto da docência serão definidas no Plano de Atividades do Estágio, conforme a habilitação cursada pelo aluno, destacando-se a definição de interdisciplinaridade do estágio com os outros componentes curriculares do curso.

Durante o estágio, os estagiários deverão desenvolver as seguintes competências profissionais:

- Apresentar domínio atualizado dos saberes, técnicas, metodologias e tecnologias para a docência na educação básica, em sua área de habilitação;
- Possuir conhecimentos de forma crítica, sobre educação do campo, as questões sociais e políticas que envolvem o campo brasileiro e, especificamente, o cearense.
- Competência para coordenar e executar processos de gestão, avaliação e planejamento participativos em educação;
- Capacidade para planejar e organizar o trabalho pedagógico nas escolas do campo, adequando as estratégias educativas ao contexto geográfico, cultural e político em que se insere a escola;
- Capacidade de análise e síntese e de compreensão crítica da educação, do campo e da sociedade brasileira no contexto global;
- Desenvolver as atividades de ensino-aprendizagem de forma interdisciplinar, dinâmica e criativa;



- Capacidade de liderança de equipes e de iniciativa para a implementação de projetos de desenvolvimento comunitário sustentável, que envolva a escola.
- Possuir preparo técnico e político para o trabalho formativo e organizativo com as famílias e ou grupos sociais de origem dos estudantes.
- Administrar conflitos e interesses diversos, encaminhando e respeitando decisões coletivas, com base nos princípios da ética, da justiça e da democracia;
- Capacidade para promover a integração do aluno com sua comunidade, possibilitando a pesquisa e a construção de projetos e práticas pedagógicas que expressem a história, a cultura e o conhecimento dos educandos, contribuindo para o fortalecimento de sua identidade camponesa;
- Integrar ao processo de formação do educador às atividades de arte e cultura, esporte e lazer em suas diversas linguagens e modalidades de manifestação, garantindo uma prática educativa identificada com o fazer cultural do homem e mulher do campo;
- Realizar atividades que possibilitem ao aluno expressar seus sentimentos, experiências de vida, opiniões e ideias, bem como elementos conflitantes da prática educativa, visando construir para novas relações humanas e pedagógicas nas escolas do campo, nos movimentos e entidades sociais e na vida do assentamento;
- Estabelecer relações entre trabalho e educação a partir de reflexões sobre as experiências vividas em sala de aula, no assentamento, nos movimentos sociais e com mundo do trabalho no campo e na cidade;
- Relacionar os conteúdos disciplinares com as suas necessidades reais e para a compreensão das relações do campo e das relações sociais mais amplas;



- Apresentar relatório final sobre as atividades realizadas durante o estágio, sendo acompanhado pelo/a seu/sua orientador/a e supervisor/a de estágio na realização e avaliação do processo.

O Estágio será acompanhado e avaliado pelos supervisores e pela Coordenação de Estágio do Curso, ao longo de seu desenvolvimento, em encontros presenciais com os estagiários, durante o Tempo-Escola-Comunidade e ao final de cada etapa do estágio, com base nos relatórios apresentados e na avaliação feita pelos avaliadores. Para a avaliação e o acompanhamento do estágio, o colegiado do curso estabelece os critérios, estratégias e instrumentos adequados, de acordo com as normas específicas deste componente curricular em integração com os demais componentes curriculares e em consonância com o Art.

116 do Regimento Geral da UFC.

## **12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste no desenvolvimento de trabalho sistematizado de natureza teórica, científico, com temas de interesses dos estudantes e de relevância social, para o contexto da Reforma Agrária e da Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola, para que o formando demonstre maturidade intelectual e postura autônoma de inserção no campo da pesquisa, com proposta de transformação do contexto educacional.

A iniciação aos procedimentos de pesquisa e a redação do TCC devem ser um exercício no decorrer de todo o curso. Assim, durante o processo de formação do estudante, a pesquisa faz parte como princípio formativo do currículo, portanto, são realizadas atividades, para que cada estudante desenvolva uma pesquisa científica, que culmine na elaboração de um trabalho de conclusão de curso. O TCC deve assegurar o diálogo entre teoria e prática, apresentar rigor metodológico e consciência do percurso do pensamento na interpretação da realidade.



O TCC será realizado pelo aluno sob o acompanhamento de um professor orientador, sendo acompanhado em dois componentes obrigatórios: Pesquisa Educacional I e Pesquisa Educacional II, com carga horária de 64 horas e a redação final do TCC e seminário de apresentação representa a culminância do processo e o estudante precisa obter aprovação no TCC para a conclusão com êxito do curso. Haverá apresentação pública do TCC com banca examinadora constituída por três professores, sendo o presidente da banca o orientador.

A nota final será composta pela média ponderada das duas notas dadas pelos três membros da banca, sendo que a média do trabalho escrito terá peso dois. O aluno que obtiver nota final igual ou superior a 7,0 (sete) será considerado aprovado. A reprovação, por nota abaixo da mínima exigida, possibilitará ao aluno, realizar as modificações sugeridas pela banca examinadora, submetendo-se a uma nova apresentação no prazo estabelecido em calendário fixado pela CITCC. Em caso de uma nova reprovação por nota, ou por motivo de não apresentação do TCC, o aluno deverá repetir o TCC, mediante nova matrícula.

### **13. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

De caráter obrigatório, as atividades complementares estão em acordo com a Resolução CEPE/UFC nº 14 de 03 de dezembro de 2007, que regulamenta as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Licenciatura, devendo o estudante do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC cumprir 98 horas de carga horária durante o curso.

As Atividades Complementares serão cumpridas pelo estudante a partir da data de ingresso no curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, totalizando a carga horária. Cabe ao estudante comparecer à secretaria da coordenação do curso, munido dos comprovantes originais, até o penúltimo módulo de sua colação de grau, para ser dada entrada, em formulário a ser enviado à PROGRAD, para integralização dos créditos no seu histórico escolar. As atividades complementares podem ser computadas considerando:



Seminários locais. Mística. Intervenção social na comunidade. Os espaços e os tempos da pesquisa. Projeto de Pesquisa. Apresentação oral dos TCCs, na etapa em que cada estudo se encontra. Roda de conversa com orientação coletiva e compartilhada, 30% (28 horas) da carga horária pode ser cumprida com atividades de organização dos seminários de qualificação e o restante com participação na apresentação de TCCs de outros estudantes.

#### **14. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO**

A Curricularização da Extensão atende à Resolução nº 7/2018, do Conselho Nacional de Educação e Resolução nº 28/CEPE/ 2017, que dispõe sobre a curricularização da extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

No Art. 3º estabelece que:

No contexto da UFC, as ações de extensão a serem inseridas no currículo dos cursos de graduação deverão reforçar a interação com a sociedade visando a impactos positivos nos âmbitos culturais, científicos, artísticos, educacionais, sociais, ambientais e esportivos bem como a geração de emprego e renda, de consultorias técnicas, de assistência à saúde, de empreendedorismo, de inovação e de projetos em consonância com as políticas públicas e com as demandas coletivas da sociedade.(UFC, 2017,s/p).

Ao atender a esta premissa, a proposta pedagógica do curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, deve, necessariamente, contribuir com a transformação social, portanto, a curricularização da extensão proposta pelo curso tem o propósito de intervenção efetiva na comunidade, especialmente por meio da pedagogia da alternância, que traduz os conceitos teóricos nas atividades formativas desenvolvidas no tempo comunidade, o que caracteriza a práxis como atividade político-educativa dedicada à transformação social. (SOUSA JUNIOR, 2009).

No Art. 2 da Resolução, na UFC “entende-se por curricularização da extensão a inserção de ações de extensão na formação do estudante como componente curricular obrigatório para a integralização do curso no qual esteja



matriculado, portanto, para fins de integralização do curso, será exigido o cumprimento da carga horária destinada à extensão e a aprovação em cada componente.

As ações de extensão universitária são, portanto, compreendidas como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promovem a interação transformadora entre a Universidade e a sociedade, portanto, o Curso destina percentual de carga horária de 340 horas para a curricularização da extensão por meio de componentes curriculares de caráter obrigatório compreendendo: 1) Atividades de extensão: experiências vividas com o trabalho como princípio educativo e a produção do campo; 2) Atividades de extensão: inventário da realidade; 3) Atividades de extensão: seminários nas comunidades locais e, 4) Intervenção Social na comunidade- Projetos de intervenção social. A carga horária, bem como o ementário e bibliografia de cada um dos componentes da extensão encontra-se disciplinado neste PPC.

## 15. ATIVIDADES PRÁTICAS DE ENSINO

a) Atividades práticas de ensino: disciplinas obrigatórias

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA PRÁTICA	CARGA HORÁRIA TEÓRICA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Contextualização histórica, política e econômica da educação brasileira	16h	48h	64h
Educação do campo no Brasil e no Ceará	32h	32h	64h
Filosofia da Educação	16h	48h	64h
Psicologia da Educação I	16h	48h	64h
Sociologia da Educação	16h	48h	64h
Pesquisa educacional I – Seminário de Pesquisa	16h	48h	64h





Leituras e produções textuais	16h	48h	64h
Agricultura familiar e camponesa	16h	48h	64h
Currículos e programas	16h	48h	64h
Política Educacional	16h	48h	64h
Psicologia da Educação II e os sujeitos do campo	16h	48h	64h

Educação do campo e método: contribuições do materialismo histórico-dialético	16h	48h	64h
Fundamentos e Práticas da Educação de Jovens e Adultos em Educação do Campo, Quilombola e Indígena	32h	32h	64h
Educação do campo: movimentos sociais, legislação, organização da educação do campo	16h	48h	64h
Educação do campo: políticas públicas, gestão escolar	16h	48h	64h
Didática I: escolas do campo, planejamento educacional, práticas político-pedagógicas	16h	48h	64h
A questão agrária	16h	48h	64h
Expansão capitalista no campo	16h	48h	64h
Pesquisa Educacional II – Desenvolvendo o TCC	32h	32h	64h
Ensino de Língua Portuguesa	---	64	64h
Desenvolvimento agrário sustentável	16h	48h	64h
Língua Brasileira de Sinais	16h	48h	64h
Didática II: escolas do campo, planejamento educacional, práticas político-pedagógicas	32h	32h	64h
Organização do trabalho pedagógico nas escolas do Campo indígenas e Quilombolas	16h	48h	64h
História econômica geral e do Brasil	16h	48h	64h
Geopolítica e Geografia agrária	16h	48h	64h



Diferenças culturais e identidades	16h	48h	64h
Teorias da história e historiografia	16h	48h	64h
Desenvolvimento local, economia solidária e agroecologia	16h	48h	64h
Sociologia Agrária	16h	48h	64h
Território e identidade	16h	32h	64h
Estado e políticas públicas	16h	48h	64h
Ensino de História	32h	32h	64h
Ensino de Geografia	32h	32h	64h
Ensino de Ciências Sociais	32h	32h	64h
Práticas de ensino	16h	16h	32h
<b>TOTAL</b>	<b>688</b>	<b>1.568</b>	<b>2.256</b>

b) Atividades práticas de ensino: disciplinas optativas

<b>DISCIPLINAS - OPTATIVAS</b>	<b>CARGA HORÁRIA PRÁTICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA TEÓRICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>
Educação Especial e Inclusiva nas escolas do campo, indígenas e quilombolas	32h	32h	64h
A produção camponesa e a agroecologia	32h	32h	64h
Educação Escolar Quilombola	16h	32h	48h
Educação Escolar Indígena	32h	32h	64h
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>128</b>	<b>240</b>

## 16. METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM



A metodologia do ensino-aprendizagem do curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC em conformidade com o que estabelece a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, é centrada no diálogo e na interação e intervenção social, na construção do conhecimento.

A metodologia empregada parte da compreensão da Educação como uma prática humana e histórica, envolvendo em sua dinâmica tanto as relações sociais mais amplas, como as realizadas a nível local. Compreende a educação como prática social que deve possibilitar o acesso e democratização do conhecimento, permitindo o agir sobre o mundo de forma criativa e comprometida com a transformação social.

A organização da estrutura curricular do Curso tem como pressuposto a adequação de conteúdos de ensino para todas as disciplinas e demais atividades complementares com vistas a contribuir para que os alunos adquiram conhecimento, desenvolvam habilidades e competências.

A metodologia utilizada na transmissão dos conteúdos de ensino, pesquisa e extensão, deve respeitar os princípios e paradigmas da educação do campo, incorporando elementos comuns como: a luta em defesa da terra, a resistência camponesa e a construção de um projeto de campo pelos camponeses, que forjam a Educação do Campo. Ou seja, para além de uma educação contextualizada, trata-se de um projeto de formação do homem e da mulher do campo e de um projeto de desenvolvimento do território camponês.

Vale ressaltar, nesse contexto, que a Educação do Campo se relaciona com as pedagogias contra hegemônicas, ou seja, aquelas “que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente visando instaurar uma nova forma de sociedade”, tais como: pedagogia libertadora, educação popular, pedagogia socialista, libertária, comunista, histórico-crítica, entre outras. (SAVIANI, 2008, p.170).

É necessário dizer, conforme indica Saviani (2007, p. 411), que as pedagogias contra hegemônicas emergem na década de 1980 como processo de



“transição democrática. Conforme Caldart (2010), de forma sintética, primeiro, a Educação do Campo surge como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo; segundo, os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os Movimentos Sociais Camponeses em “estado de luta”, com destaque para os Movimentos Sociais de luta pela Reforma Agrária Popular e particularmente o MST; terceiro, a Educação do Campo retoma a discussão e a prática de dimensões ou matrizes de formação humana que historicamente constituíram as bases, os pilares da pedagogia moderna mais radicalmente emancipatória, de bases socialista e popular e de referencial teórico marxista; quarto, a afirmação das escolas do campo específica para os trabalhadores do campo; quinto, sua relação com a luta de classes; por fim, a vinculação da Pedagogia do Movimento à Política Pública.

Desse modo, a Educação do Campo se construiu pela passagem da política produzida nos Movimentos Sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. (CALDART, 2010, p.106-120). Para atingir esses propósitos, em todas as disciplinas curriculares deste curso de Licenciatura são desenvolvidas as temáticas transversais que envolvem Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde, que compreendem 15 temas contemporâneos “que afetam a vida humana em escala local, regional e global”(BRASIL, 2017, p.21) .

Essa proposta é materializada, por meio da dialética materialista, que respalda a construção prática da resistência ativa. Nesse prisma as concepções teóricas que permeiam essa proposta de curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC são: A Educação Popular e a Pedagogia do Oprimido; a Pedagogia Socialista; a Pedagogia do Movimento e a Pedagogia Histórico-Crítica, pois seguem os caminhos do método e engendram em toda sua construção a resistência ativa. Desta forma, as atividades de campo se constituem em instrumentos essenciais na exequibilidade do exercício do pensamento. Os estudantes têm efetiva participação na execução das tarefas



práticas em sala de aula, mas são estimulados a trabalhar em equipe enfatizando o conhecimento pedagógico colaborativo.

## **17. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

### **17.1 Concepção de Avaliação**

A avaliação é parte do processo educativo, em que se estabelece a intenção clara de verificar, analisar e redimensionar a prática pedagógica da instituição e dos sujeitos que nela trabalham - profissionais e educandos. A avaliação, sendo processo contínuo, não é algo que termina num determinado momento, embora possa ser estabelecido um tempo específico para realizá-la enquanto forma sistematizada. Avalia-se, portanto, o educando, a turma, o educador e o processo pedagógico como um todo, considerando tanto as questões relacionadas às habilidades e competências, quanto as atitudes e vivência de valores fundamentais.

Os resultados do processo estão diretamente ligados às estratégias de acompanhamento e avaliação. Portanto, o processo de avaliação deverá permear todo o desenvolvimento do projeto, desde o processo ensino-aprendizagem até sua gestão pedagógica e financeira, permitindo, assim, a compreensão dos diversos estágios, correções de eventuais distorções, tomada de decisões e o aperfeiçoamento permanente, visando a qualidade do Curso.

Nesse sentido, o que se deverá priorizar é o processo, em todas as suas dimensões: técnico-administrativa, pedagógica, política e ética. Isto somente será possível de se concretizar se cada parceiro do programa e o conjunto dos seus atores tiverem a clareza dos objetivos e metas que se pretende alcançar, dos pressupostos teórico-metodológicos que norteiam suas ações e da necessária qualidade dos conteúdos propostos e recursos selecionados.



## 17.2 Critérios de avaliação

Para cada área do conhecimento e tempos educativos serão definidos critérios específicos de avaliação que consigam avaliar o desenvolvimento individual e coletivo dos educandos. Estes critérios serão previamente apresentados e discutidos com a turma para que haja transparência e os educandos possam também ser protagonistas do processo avaliativo. Entre os diversos mecanismos de avaliação, destaca-se a importância da realização da autoavaliação.

Os educandos serão avaliados em todos os tempos educativos, considerando-se o perfil do egresso e os objetivos do currículo, com foco para os seguintes indicadores:

- Domínio, de forma crítica e contextualizada, dos conteúdos desenvolvidos ao longo do curso;
- Participação social e intervenção qualitativa na realidade educacional onde atua;
- Capacidade de análise, síntese, comunicação, argumentação e organização de ideias;
- Valores e atitudes humanitárias (pontualidade, respeito ao próximo);
- Projeto de Pesquisa e desenvolvimento de sua investigação científica, articulada à Educação do Campo.

## 17.3 Sistemática de Acompanhamento

Durante toda a realização do curso serão utilizadas variadas estratégias de acompanhamento e avaliação coletivas e individuais. Isso requer que os parceiros estejam integrados, atentos e participantes de todo o processo, tanto nas instituições onde se realizarão as atividades presenciais quanto nos locais do tempo-comunidade. Os parceiros devem, necessariamente, avaliar seus papéis e



as modalidades de participação, sempre na perspectiva de melhorar o desempenho do projeto.

A avaliação do rendimento escolar seguirá as orientações do Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, descrita no capítulo VI, conforme segue:

*Art. 109 - A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina e, quando se fizer necessário, na perspectiva de todo o curso, abrangendo sempre a assiduidade e a eficiência, ambas eliminatórias por si mesmas.*

*§ 1º. - Entende-se por assiduidade a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina.*

*§ 2º. - Entende-se por eficiência o grau de aproveitamento do (a) aluno (a) nos estudos desenvolvidos em cada disciplina.*

*Art. 110 - A verificação da eficiência em cada disciplina será realizada progressivamente durante o período letivo e, ao final deste, de forma individual ou coletiva, utilizando formas e instrumentos de avaliação indicados no plano de ensino e aprovados pelo Colegiado.*

*§ 1º. - As avaliações escritas, após corrigidas, e suas notas transcritas nos mapas de notas pelo professor, serão devolvidas ao (a) aluno (a).*

*§ 2º. - A devolução de que trata o parágrafo anterior deverá fazer-se pelo menos até 07 (sete) dias antes da verificação seguinte.*

*§ 3º. - Será assegurada ao (a) aluno (a) a segunda chamada das provas, desde que solicitada, por escrito, até 03 (três) dias úteis decorridos após a realização da prova em primeira chamada.*

*§ 4º. - É facultado ao (a) aluno (a), dentro de 03 (três) dias úteis após o conhecimento do resultado da avaliação, solicitar justificadamente a respectiva revisão pelo próprio docente, encaminhando o pedido através do chefe do Departamento correspondente.*

*Art. 111 - Os resultados das verificações do rendimento serão expressos em notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com, no máximo, uma casa decimal.*



*Art. 112 - A verificação da eficiência compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final.*

*§ 1º. - Entende-se por avaliações progressivas, aquelas feitas ao longo do período letivo, num mínimo de duas, objetivando verificar o rendimento do (a) aluno (a) em relação ao conteúdo ministrado durante o período.*

*§ 2º. - Entende-se por avaliação final, aquela feita através de uma verificação realizada após o cumprimento de pelo menos 90% (noventa por cento) do conteúdo programado para a disciplina no respectivo período letivo.*

*Art. 113 - Na verificação da assiduidade, será aprovado o (a) aluno (a) que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária da disciplina, vedado o abono de faltas.*

*Art. 114 - Na verificação da eficiência, será aprovado por média o (a) aluno (a) que, em cada disciplina, apresentar média aritmética das notas resultantes das avaliações progressivas igual ou superior a 07 (sete).*

*§ 1º. - O (a) aluno (a) que apresentar a média de que trata o **caput** deste artigo, igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete), será submetido à avaliação final.*

*§ 2º. - O (a) aluno (a) que se enquadrar na situação descrita no parágrafo anterior será aprovado quando obtiver nota igual ou superior a 04 (quatro) na avaliação final, média final igual ou superior a 05 (cinco), calculada pela seguinte fórmula:*

*MF = (NAF +  $\Sigma$ NAP/n)/2 , onde:*

*MF = Média Final;*

*NAF = Nota de Avaliação Final;*

*NAP = Nota de Avaliação Progressiva; n = Número de Avaliações Progressivas.*

*§ 3º. - Será reprovado o (a) aluno (a) que não preencher as condições estipuladas no art. 113, no **caput** e § 2º. do art. 114.*

*Art. 115 - Constará da síntese de rendimento escolar o resultado final de aprovação do (a) aluno (a), expresso por:*

*a) Média aritmética das avaliações progressivas;*





- b) *nota de avaliação final;*
- c) *média final;*
- d) *frequência.*

*Art. 116 - A verificação do rendimento na perspectiva do curso far-se-á por meio de monografias ou trabalhos equivalentes, estágios, internatos e outras formas de treinamento em situação real de trabalho.*

*§ 1º. - A verificação do rendimento de que trata este artigo será regulada através de Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, observados o que constar no Anexo do curso e o disposto no parágrafo seguinte.*

*§ 2º. - Não poderá ser diplomado o (a) aluno (a) que, no conjunto de tarefas previstas para a avaliação do rendimento na perspectiva do curso, apresentar frequência inferior a 90% (noventa por cento), ou nota inferior a 07 (sete).*

*Art. 117 - A avaliação do rendimento escolar, prevista nos artigos precedentes, aplica-se aos cursos de graduação.*

Em relação procedimentos a serem adotados em caso de reprovação por nota ou frequência, deverá ser atendido o que estabelece a RESOLUÇÃO N12/CEPE, de 19 de junho de 2008, que seu texto resolve que:

*Art 1º O estudante de graduação que contrair duas reprovações por frequência na mesma disciplina ou atingir um total de quatro reprovações por frequência em disciplinas do curso terá sua matrícula do semestre subsequente bloqueada.*

*§ 1º Esta Resolução não se aplica às reprovações ocorridas em Monografia, Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso.*

*§ 2º O desbloqueio da matrícula só poderá ser feito após assinatura de Termo de Compromisso no qual o estudante atestará que está ciente de que qualquer outra reprovação por frequência causará o cancelamento definitivo de sua matrícula.*

*§ 3º O estudante de graduação da UFC que, após a assinatura do Termo de Compromisso a que se refere o § 2º e, ressalvados os casos mencionados no § 1o,*



*contrair qualquer outra reprovação por frequência, terá sua matrícula definitivamente cancelada na UFC.*

## **18. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO**

A avaliação do Curso será realizada de forma coletiva e periódica seguindo a perspectiva desta proposta que está direcionada à formação e à valorização dos profissionais da educação, visando proporcionar sólida formação à demanda de profissionais, no atual cenário educacional cearense.

O Colegiado do Curso discutirá os aspectos pertinentes ao Projeto Pedagógico que mereçam revisão ou atualização, em reuniões definidas pela coordenação do curso, em datas e horários predeterminados.

Nas atividades complementares, descritas na matriz curricular, que serão realizadas durante o período letivo, haverá programação específica de avaliação do Projeto Pedagógico com a participação dos estudantes. Esta programação será planejada e organizada antecipadamente pela coordenação do curso com detalhamento sobre a modalidade de atividade que será realizada (seminário, palestra, entrevistas em grupo, debates) e quais instrumentos de avaliação serão utilizados.

Neste intuito, pretende-se estimular a participação de todos os professores e alunos do curso em comunicação contínua, a bem do processo avaliativo da formação de professores oferecida no curso, com foco na dinâmica do contexto educacional.

## **19. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO**

A gestão do curso é de responsabilidade da UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ de acordo com a legislação que rege o funcionamento dos cursos de graduação em licenciatura e as Resoluções de criação do curso para cada terminalidade, sendo exercida pela Coordenadoria do curso, que se compõe da seguinte estrutura:



**Colegiado do Curso** – composto por representantes de professores, estudantes e técnicos, para deliberar em reuniões sobre o funcionamento do curso, definindo a execução financeira, a seleção e acompanhamento de discentes, calendário de atividades, regido por normativa interna própria, (ver ANEXO II).

**Coordenador do Curso** – função exercida por um docente da UFC, responsável por coordenar o processo de funcionamento do curso, acompanhar e gerenciar o desenvolvimento das atividades e disciplinas relativas aos núcleos de formação, oferecer apoio técnico pedagógico para os professores das áreas, acompanhar o desenvolvimento dos alunos e propor estratégias de avaliação e de combate à evasão, subsidiar as Coordenações de Área com informações a respeito dos Eixos de Formação Básica e das Práticas Integradoras e compor, em conjunto com essas coordenações, o cronograma de aulas do Tempo Universidade e das atividades do Tempo Comunidade.

Cabe ao coordenador também presidir o Núcleo Estruturante Docente – NDE, entre outras atribuições.

**Técnicos Administrativos do Curso** – composta por um Técnico em Assuntos Educacionais – TAE e um técnico administrativo, é a instância responsável pelos processos acadêmico-administrativos do curso, como organização da documentação de alunos, elaboração, envio e controle de correspondência, gerenciamento de arquivos, gerenciar os recursos financeiros do curso e providenciar a logística para a realização das atividades do curso entre outras tarefas pertinentes.

**Coordenador da Área de Ciências Humanas e Sociais** – função exercida por um docente das respectivas áreas, responsável pelo acompanhamento, gerenciamento e o desenvolvimento das atividades e disciplinas relativas ao Eixo de Formação Básica, oferecer apoio técnico-pedagógico para os professores da área, acompanhar o desenvolvimento dos alunos e propor estratégias de avaliação e de combate à evasão e retenção, subsidiar a Coordenação do Curso com informações a respeito do Eixo de Formação Básica.

**NDE – Núcleo Docente Estruturante** - composto por representantes de professores com a tarefa de promover a discussão permanente do PPC e, quando



necessário, propor alterações visando o amadurecimento e aperfeiçoamento do curso, oferecer suporte técnico para os gestores do curso, coordenações e colegiado (ver ANEXO III).

**Grupos de Organicidade** – Baseada nos pressupostos da pedagogia socialista a auto-organização visa ensaiar formas de participação dos estudantes e do coletivo pedagógico dos educadores tomando como base os desafios de funcionamento do cotidiano escolar assim como da comunidade. Por esta razão:

É preciso que a nova geração compreenda, em primeiro lugar, qual é a natureza da luta travada atualmente pela humanidade; em segundo lugar, qual o espaço pela classe explorada nesta luta; em terceiro lugar, qual o espaço que deve ser ocupado por cada adolescente; e finalmente, é que cada um saiba, em seus respectivos espaços, travar a luta pela destruição das formas inúteis, substituindo-as por um novo edifício (Pistrak, 2000, p.31).

Deste modo, durante o Tempo Universidade os estudantes se organizam em grupos de organicidade (Equipe de infraestrutura, Mística, Alimentação, Secretaria, Saúde Esporte e Lazer, Cultura Comunicação Social e Memória e Organicidade) .

## 20. INFRAESTRUTURA DO CURSO

O curso utilizará a estrutura geral da Faculdade de educação da Universidade Federal do Ceará, incluindo salas de aula, salas de pesquisa, espaços de lazer, refeitório, auditórios, laboratórios, biblioteca e alojamentos (feminino e masculino), banheiros e outros espaços que se fizerem necessários.

Para atender às especificidades do Curso, as aulas serão desenvolvidas em municípios polo- em Instituto Federal e secretarias municipais dos municípios que pactuarem com a formação. O espaço deverá ter banheiros, biblioteca, salas de aula e cozinha para realização de lanches. A biblioteca deverá conter títulos específicos da Educação do Campo e da respectiva área de estudos específicos. Do mesmo modo, serão necessários laboratórios de química, de solos e de informática, para uso geral de professores e alunos.



A Coordenadoria do Curso deverá funcionar em espaço físico adequado, contando com equipamentos, mobiliário e estrutura de comunicação (computador conectado à internet, impressora, mesa de reunião, mesas de trabalho, cadeiras, armários).

Considerando-se um ingresso anual e as características da organização dos tempos educativos, a partir do quarto ano poderão funcionar normalmente seis turmas simultâneas, desde que haja continuidade do PARFOR EQUIDADE, com disponibilidade de recursos.

### **20.1 Pessoal docente e administrativo**

Considerando as especificidades do Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, além do quadro permanente, será necessária a colaboração de docentes de outros cursos da UFC e de outras instituições públicas de ensino superior, de acordo com as áreas de atuação.

Para as atividades administrativas, a secretaria do curso está dimensionada para funcionar com um(a) secretário(a) e um auxiliar, todos com carga horária semanal de 40 horas. Esse dimensionamento procura atender à dinâmica de alternância do financiamento do curso, havendo momentos, como as etapas de Tempo-Universidade, em que as atividades serão mais intensas e outros em que serão mais dispersas.

### **20.2 Instituições e Organizações Parceiras e Colaboradoras**

Entendendo que o curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC é fruto das lutas sociais, é importante registrar que as instituições listadas colaboraram com a construção do Curso e/ou colaboram com seu funcionamento, as quais representam a relevância da relação entre o curso e os movimentos sociais e entidades sociais populares, assim como, a manutenção e o



crescimento do mesmo em consonância com as demandas dos povos do campo, são elas: MST, FETRAECE, SEDUC/CE, Casas Família Agrícolas, SMEs, Sindicatos, etc.

### **20.3 Condições necessárias para a oferta do curso**

A oferta do curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC contará com toda a estrutura já consolidada da Faculdade de Educação da UFC, bem com os meios necessários ao funcionamento dos cursos por meio da parceria realizada entre a Universidade Federal do Ceará, as CREDES e o Centro de Educação a Distância (CED), do governo do Estado do Ceará. Tal parceria pretende garantir as condições de funcionamento e logística do curso.

A coordenação do curso será eleita pelos membros do colegiado do curso, formado por todos os professores, e a coordenação do curso organizará a composição do Núcleo Docente Estruturante, por meio de participação voluntária dos membros do colegiado do curso.

### **REFERÊNCIAS**

BEHRENS, M. A. (2011). O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica. Petrópolis: Vozes.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_, Decreto n. 7.352, de 04 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Brasília, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 17/03/2015.

\_\_\_\_\_, SESU/SETEC/SECADI. Edital n. 02, de 31 de agosto de 2012. Chamada Pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior – IFES e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, para criação de



cursos de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, na modalidade presencial. Brasília, 2012.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S., Stedile, M. E. e Daros, D. (Org.) *Caminhos para transformação da escola 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 73-112.

Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no Campo - Brasil 2021. CPT, 2022. Disponível em: [www.cptnacional.org](http://www.cptnacional.org)

MESQUITA, B. A. de. **O desenvolvimento desigual da agricultura**: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar. São Luís, EDUFC, 2011.

MOLINA, M. C.; HAGE, S. Política de formação de educadores do campo no contexto da expansão da educação superior. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 51, n. 37, p. 121-146, jan./abr. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. PDI UFC [livro eletrônico]: Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2027/ Universidade Federal do Ceará. – Fortaleza: Editora Imprensa Universitária, 2023.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2000. RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado.

In: CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise (Orgs.). Ensino médio integrado: concepção e contradição. São Paulo: Corte, p. 106

## ANEXOS

### ANEXO – DOCUMENTO ORIENTADOR DA ORGANICIDADE DO CURSO

### ORGANICIDADE DAS ATIVIDADES DO CURSO TEMPO UNIVERSIDADE



*“[...] somente o homem quebrou os vínculos da unilateralidade natural e inventou sua possibilidade de tornar-se outro e melhor; e até omnilateral; considerando, outrossim, que esta possibilidade, dada apenas pela vida em sociedade, foi até agora negada pela própria sociedade à maioria, ou melhor, negada a todos em menor ou maior grau, o imperativo categórico da educação do homem pode ser assim enunciado: Apesar de o homem lhe parecer, por natureza e de fato, unilateral, eduque-o com todo empenho em qualquer parte do mundo para que se torne omnilateral” (Manacorda, 1989, p. 361).*

Este curso vem sendo debatido e construído num processo coletivo de troca de experiências e conhecimentos a partir de 2014 entre UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ e Movimentos Sociais do Campo, Supervisão da Educação do Campo (Secretaria de Estado da Educação), o Comitê Estadual da Educação do Campo e Movimentos Sociais, possibilitará a formação de educadores e educadoras em nível superior através do curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC.

## 1. Objetivo geral:

Promover a formação superior em LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR – UFC, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais, visando contribuir para a melhoria da qualidade da escola do campo, cuja terminalidade contribua na organização e cultura dos camponeses, compreendendo que o ser humano apenas avança no campo do conhecimento, por meio do processo histórico. Busca-se, portanto, a participação na comunidade e nos movimentos sociais na defesa das políticas públicas, como, por exemplo: cultura, lazer, trabalho, educação, reforma agrária, saúde, dentre outras, considerando todas as dimensões da vida humana em comunidade.





## 2. Perfil Profissional

Ao percorrer uma trajetória formativa na Educação do Campo reafirmando-se os princípios humanitários, busca-se a formação e transformação do educador do campo para além da dimensão econômico-material. Almeja-se a formação de professores com sensibilidade e capacidade técnica e política para reconhecer e promover os princípios, concepções e fundamentos da vida no campo e na cidade. Educadores capazes de se reconhecer na cultura das populações do campo, sem, contudo, se limitar somente a ela, mas tendo-a como referencial. Em outras palavras, busca-se a formação de professores cuja qualificação técnica e política contribua para um direcionamento da escola do campo, a favor de uma melhoria das condições de vida do lugar. Assim, o perfil do educador do campo se identifica por seu papel fundamental na resistência organizada em defesa da escola pública, da reforma agrária e da transformação mais ampla da sociedade.

Conforme destaca Caldart (2004, p. 35), a Educação do Campo tem construído um conceito mais alargado de educador. É educadora aquela pessoa cujo trabalho principal é o de fazer e o de pensar a formação humana, seja ela na escola, na família, na comunidade, no movimento social; seja educando as crianças, os jovens, adultos ou os idosos. Dos egressos da Educação do Campo espera-se a ação humanizadora do Homem, em busca de padrões civilizatórios mais evoluídos e equilibrados na relação dos seres humanos entre si e deles com as demais formas de vida do planeta Terra.

Para dar conta desse perfil é importante destacar a importância da organicidade no curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC pois,

os movimentos sociais esperam que um curso como esse possa reparar sujeitos capazes de coordenar processos de formação, mas também de desencadeá-los... Por isso estes mesmos estudantes estão sendo formados também para serem militantes de organizações coletivas com prometidas com projetos de transformação social (ITERRA, 2007, p. 21).

Esta afirmação demonstra claramente a importância da vivência acadêmica no curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - PARFOR - UFC, pois



essa *concepção político-pedagógica* deve nortear a condução do processo de educação dos povos do campo, uma concepção que busca “... o desenvolvimento de uma consciência para a luta e que sejam sujeitos desse processo” (ITERRA, 2002, p.

11).

A organicidade é uma estratégia dos movimentos sociais com a finalidade de construir relações coletivas visando à transformação das condições de vida da população brasileira, sujeitos do processo educativo em escolas do campo. Portanto, entende-se organicidade como

a relação entre cada uma das partes de um todo, como se fosse um corpo vivo, entre si e como todo. Ninguém pode perder a noção do conjunto e isto só é possível quando se sabe como funciona e a finalidade de cada uma das partes do todo e qual o seu papel em vista da realização dos objetivos estratégicos da organização. Embora as tarefas sejam diferentes, as partes têm a mesma importância (ITERRA, 2004, p. 40).

## GRUPOS DE ORGANICIDADE DO TEMPO UNIVERSIDADE NOS POLOS

### 1. Equipe de Infra-estrutura:

1. Sugerir espaços para realização dos encontros do TU e ver as demandas de manutenção (água, energia, instalações);
2. Registrar as ocorrências em relatório que deverá entregar para socialização com a Equipe de Docentes e estes posteriormente deverão socializar na Coordenação /Administrador do curso;
3. Zelar e garantir a limpeza, manutenção organização dos espaços de atividades;
4. Ter sempre como objetivo a preservação do meio-ambiente, lembrando que cada um de nós, é parte dele;
5. Não desperdiçar água, energia, comida e materiais pedagógicos. Lembrar da reciclagem e/ou reaproveitamento e cuidado com os copos de vidros quebrados;
6. Embelezamento do local, criando um ambiente de aprendizagem/informação;



## **2. Equipe de Cultura Comunicação Social e Memória**

Algumas ações planejadas: criação do jornal em andamento

1. Organizar a comunicação (notícias, informes, imagens) nos murais, salas, corredores e demais espaços onde se fizer necessário;
2. Garantir que as turma tenham acesso a jornais, revistas e outras informações;
3. Fazer a divulgação das atividades que estão acontecendo;
4. Organizar a programação do Cine-LEDOC e divulgar nos murais;
5. Recepcionar a todos e todas (professores, parceiros, lideranças, pais que cheguem ao polo). Lembrando que não será permitida a presença de pessoas estranhas às atividades do Curso e/ou sem autorização anterior para frequentar os ambientes de trabalho e de convivência.
6. Garantir o registro da memória da etapa;
7. Realizar de campanhas (utilizar o canva) e Divulgação de informativos (eventos para divulgar as atividades.
8. 9.Organizar a comunicação aos meios digitais, murais, e salas.
9. Registrar as atividades para a montagem de galeria de fotos e vídeos, e guardar no drive gmail;
10. Divulgação das atividades que estão acontecendo no Curso e/ou Campus via Facebook, e quando necessário e/ou desejável utilizar murais, salas e corredores;

## **3. Equipe de Saúde, Esporte e Lazer:**

1. Organizar uma farmácia com medicamentos, inclusive os alternativos e de primeiros socorros;
2. Garantir que aconteçam as atividades física (cultura corporal) e esportivas e que sejam realmente saudáveis e contribuam para o bem-estar dos educandos;
3. Promover a integração entre as turmas (se houver mais de uma) pelas atividades culturais, comemorativas e esportivas;
4. Organizar programação das demais atividades;



#### **4. Equipe de Mística**

1. Coordenar, planejar e garantir as místicas coletivas: jornada socialista, noites literárias, saraus, festas de confraternização, gincanas etc.
2. Coordenar as atividades culturais propostas pelo curso;
3. Organizar calendário das equipes responsáveis pela mística durante o TU.

#### **05. Equipe de Alimentação**

1. Acompanhar o cardápio contatar com as prefeituras solicitando a alimentação dos cursistas por município, supervisionando o trabalho realizado;
2. Registrar as ocorrências em relatório que deverá entregue para Equipe de Docentes responsáveis e posteriormente socializada na Coordenação /administrador do curso;

#### **06. Equipe de Secretaria**

1. Organizar os materiais de expediente necessário para as atividades acadêmicas durante o TU;
2. Controlar o fluxo de saída de materiais a partir de um formulário;
3. Organizar o acervo da biblioteca setorial (catalogação) e controle de empréstimos;
4. O acesso a sala deverá ser restrito aos coordenadores de equipe;
5. Eleger um representante de cada turma e suplente como responsáveis para retirar equipamento na Coordenação (TV, DVD, aparelhos e caixas de som, data show, máquinas fotográficas etc);
6. Registrar, relatar e sistematizar as discussões internas da turma, inclusive à avaliação;
7. Organizar o calendário dos aniversariantes, estimulando a elaboração de mensagens e atitudes de respeito, carinho, companheirismo;
8. Organizar calendário de datas comemorativas durante o TU; ficar atento a datas festivas/comemorativas do calendário, significativas para a formação do alunado;



## 07. Equipe de Organicidade

1. Auxiliar a equipe de Infraestrutura nos procedimentos de chegada e saída;
2. Planejar a realização da noite cultural e socializar com as demais equipes para discussão da proposta e divisão das tarefas;
3. Auxiliar a equipe de mística verificando a participação dos discentes;
4. Planejar as atividades de encerramento no TU;
5. Acompanhar a participação dos discentes nas místicas;
6. Planejar atividades de formação política;
7. Assumir a responsabilidade por questões financeiras demandas pelo coletivo;
8. Planejar atividades de formação políticas de auto-organização;
9. Auxiliar a Coordenação do Curso na articulação de atividades e/ou eventos e etc., o diálogo com Movimentos, entidades sindicais, centros acadêmicos e demais entidades parceiras.

## REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- ITERRA. **Instituto de Educação Josué de Castro**: Método Pedagógico. In: Cadernos do ITERRA, ano IV, Nº 9, outubro de 2004.
- KRUPSKAYA, N.K. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- PEREIRA, Elisângela Nunes; MOLINA, Mônica Molina Castagna. **A importância da organicidade na formação de educadores do campo**. Revista Congreso Universidad. Vol. II, No. 2, 2013, ISSN: 2306-918X
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia PARFOR**. Fortaleza, 2016.